

LAGOS

REVISTA MUNICIPAL

DISTRIBUIÇÃO
GRATUITA
QUADRIMESTRAL
ABRIL 2020

06

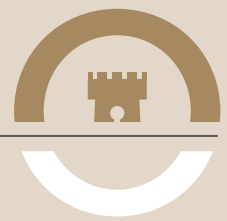
ARTE XÁVEGA

TRADICIONAL
DA MEIA PRAIA
A PATRIMÓNIO
CULTURAL
IMATERIAL

COVID-19

O COMBATE
À PANDEMIA





04

**ARTE XÁVEGA
TRADICIONAL DA MEIA
PRAIA A PATRIMÓNIO
CULTURAL IMATERIAL**

08

**COVID-19
O COMBATE
À PANDEMIA**

- 03** Editorial
- 04** Em Destaque
- 16** Autarquia
- 20** Desenvolvimento Económico
- 21** O CIAC Informa
- 22** Obras Municipais
- 27** Ambiente e Espaço Público
- 36** Dinamização Social
- 38** Educação, Juventude e Desporto
- 46** Dinamização Cultural e Turística
- 50** Arquivo Municipal
- 54** Imagens com História
- 55** A CML por Dentro
- 56** Diferentes Olhares
- 58** Assembleia Municipal

CONTACTOS

Câmara Municipal de Lagos
Paços do Concelho Séc. XXI
Praça do Município / 8600-293 Lagos
Telefone: 282 780 900 / 282 771 700
Email: expediente.geral@cm-lagos.pt

www.cm-lagos.pt

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Câmara Municipal de Lagos - NIPC: 505 170 876 | Sede (editor e redação): Paços do Concelho Séc. XXI, Praça do Município, 8600-293 Lagos | Edição: Câmara Municipal de Lagos | Diretor: Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Lagos | Diretor Adjunto: Sara Coelho, Vereadora da Câmara Municipal de Lagos | Coordenação editorial e conteúdos: DECCAS / UTCCT / Serviço de Comunicação | Redação: Ana Grade, Jorge Eusébio | Revisão de textos: Fábio Ventura | Fotografia: Arquivo da Câmara Municipal de Lagos (Carlos Afonso; Francisco Castelo) | Secretariado: Ana Isabel Pereira | Distribuição: Eugénia Militão | Design: Teresa Coelho | Revisão Gráfica: Inês Silva | Impressão: Gráfica Maiadouro, S.A - Rua Padre Luís Campos, 586, 4470-324 Maia | Tiragem: 6.500 | Depósito Legal: 444442/18 | Periodicidade: Quadrimestral | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | Publicação impressa em papel 40% reciclado | Publicação anotada na ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social | Estatuto Editorial disponível na página oficial da Câmara Municipal de Lagos em www.cm-lagos.pt



EXECUTIVO MUNICIPAL

Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira (PS) Presidente

Pelouros: Urbanização e Edificação; Planeamento e Desenvolvimento Urbano; Fiscalização de Obras e Loteamentos Particulares; Processos Judiciais; Assuntos da Divisão Jurídica; Planeamento Estratégico e Projetos Municipais; Administração Municipal; Representação em Associações e Empresas Municipais; Representação Institucional Geral; Desporto; Procedimentos Concursais; Arqueologia Urbana; Finanças Municipais (Planeamento, Gestão e Controlo Financeiro); Património; Controlo e Cobrança; Tesouraria; Contabilidade; Aprovisionamento; Sistemas e Tecnologias de Informação; Gabinete de Apoio ao Investidor; Acompanhamento da gestão corrente das entidades empresariais municipais.

Atendimento: Quintas – 10h00 às 12h30 (*)

Paulo Jorge Correia dos Reis (PS) Vice-Presidente

Pelouros: Gestão e manutenção da rede de água e esgotos; Mobilidade urbana; Gestão e manutenção de equipamentos; Oficinas; Parque de viaturas e máquinas; Transportes públicos; Estudos, projetos e empreitadas; Fiscalização Municipal; Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho; Gestão dos Armazéns Municipais; Segurança Municipal; Serviço Municipal de Proteção Civil; Proteção Civil (funções operacionais); Aeródromo Municipal; Gabinete Técnico Florestal; Cinegética, Florestas e Pescas; Trânsito e Sinalização.

Atendimento: Quintas – 09h00 às 12h30 (*)

Sara Maria Horta Nogueira Coelho (PS) Vereadora a tempo inteiro

Pelouros: Protocolo e Relações Públicas; Comunicação Institucional; Cultura; Turismo; Património Histórico e Cultural; Juventude; Educação; Habitação e Ação Social; Saúde; Recursos Humanos; Gestão de Efetivos; SIADAP; Formação; Outorga de Contratos; Gabinete do Município; Processos da Qualidade; Serviço Veterinário Municipal.

Atendimento: Quintas – 09h00 às 12h30 (*)

Luís Alberto Bandarra dos Reis (PS) Vereador a tempo inteiro

Pelouros: Toponímia; Espaços Verdes; Promoção Ambiental; Fiscalização Ambiental; Mercados e Feiras; Higiene, Limpeza e Recolha de Resíduos Sólidos; Gestão de Espaços Públicos; Cemitérios.

Atendimento: Quintas – 09h00 às 12h30 (*)

Sandra Maria Almada de Oliveira (PS) Vereadora a tempo inteiro

Pelouros: Licenciamento de Atividades; Processos de Contraordenação; Arquivo Municipal; Defesa do Consumidor; Gabinete do Município; Espaço Empresa; Espaço do Cidadão.

Atendimento: Quintas – 09h00 às 12h30 (*)

Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim (PSD) Vereador sem pelouros

Atendimento: marcações através do e-mail:
8600lagos@gmail.com

Luís Manuel da Silva Barroso (Lagos com Futuro – Cidadãos Independentes) Vereador sem pelouros

Atendimento: marcações através do e-mail:
luisbarroso59@gmail.com

(*) Atendimentos com marcação prévia junto do Gabinete da Presidência, através dos seguintes contactos:

E-mail: expediente.geral@cm-lagos.pt
Tel: 282 780 900 | 282 771 700



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em abril celebramos a data maior da nossa história recente e recordamos o dia em que os portugueses puderam finalmente, como disse o poeta Manuel Alegre, “andar sem olhar para o chão”, “viver sem que seja de rastros”, “olhar os astros”, “dizer não”, “viver de pé”, “ser homem” e “ser livre”.

Volvidos 46 anos, dificilmente imagináramos voltar a sentir, de uma forma tão brusca e imprevisível, constrangimentos à convivência social, à livre circulação e à atividade privada, ameaças ao trabalho e ao rendimento das famílias e, pior do que tudo, perigo para a saúde e bem-estar de todos nós.

No mundo globalizado em que vivemos o novo coronavírus rapidamente se disseminou, espalhando os seus efeitos nefastos e condicionando a forma como vivemos.

Neste contexto, novos heróis surgiram: aqueles que estão na linha da frente do combate e, por inerência, mais expostos a esta ameaça; todos os que diariamente continuam a assegurar as condições básicas para que a vida mantenha alguma da normalidade; os que, nos bastidores, trabalham em projetos e na preparação de atividades que desejamos retomar e concretizar o mais breve possível; e, ainda, os cidadãos que, responsabilmente, têm cumprido as recomendações de distanciamento social e as normas definidas no quadro do Estado de Emergência.

É para vós todos, soldados deste combate, o meu aplauso neste 25 de Abril. O vosso esforço não foi em vão, tal como não o são os recursos que a Câmara Municipal, em parceria com outras entidades, vem alocando a esta emergência de saúde pública, para que a mesma não resulte em emergência social e económica.

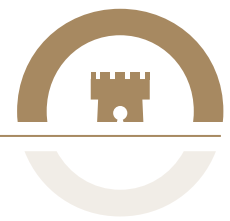
Salvar vidas, apoiando o Serviço Nacional de Saúde, e reforçar o apoio social aos mais desprotegidos, foram e continuarão a ser a nossa prioridade, trabalhando, simultaneamente, para a retoma da atividade.

Manteremos, assim, o rumo de liberdade, de desenvolvimento e de justiça social que Abril nos permitiu trilhar e conquistar, sem nos deixarmos intimidar por esta ameaça. Solidários, resilientes e com confiança na nossa capacidade coletiva de ultrapassarmos adversidades.

A todos envio um grande abraço e o voto na esperança de melhores dias.

Viva Lagos, Viva Portugal, Viva Abril, ontem, hoje e sempre!

Hugo Pereira,
Presidente da Câmara Municipal de Lagos



ARTE XÁVEGA TRADICIONAL DA MEIA PRAIA

A PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL



Lançando o barco ao mar



O saco com o pescado

A perceção comum daquilo que constitui património cultural estava, até há poucos anos, ainda muito colada à ideia de que património é apenas aquilo que tem uma materialização física imponente, como igrejas, palácios, castelos, ruínas, monumentos, objetos artísticos, entre outros. Os processos que cul-

minaram com a declaração do Fado e, posteriormente, do Cante Alentejano como expressões do Património Cultural Imaterial da Humanidade por parte da UNESCO vieram dar visibilidade a um vasto património que, não tendo essa expressão material, constitui uma componente igualmente estruturante da identidade cul-

tural de povos e comunidades. Conforme explica a Direção Geral do Património Cultural (DGPC), ao contrário do que acontece com a classificação dos bens e imóveis, que podem ser considerados como de interesse nacional (Monumento Nacional), de interesse público ou de interesse municipal, para valorizar e pro-

teger legalmente o património cultural imaterial (PCI), o mecanismo existente consiste numa inscrição no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, a MatrizPCI, “uma base de dados em linha, de acesso público, universal e gratuito (...) que suporta e promove a realização do procedimento de proteção legal do património cultural imaterial, de forma integralmente desmaterializada, com recurso exclusivo às tecnologias da informação.”

As expressões orais, as artes e performances, os rituais e festas, os saberes naturalistas e as técnicas tradicionais, são as diferentes categorias em que este património pode ser enquadrado. Foi a esta última categoria

que, atenta à singularidade da tradição da Arte Chávega da Meia Praia e empenhada em proteger, valorizar e divulgar esta técnica tradicional, em Dezembro de 2019 a Câmara Municipal de Lagos formalizou o pedido de inclusão da Arte Xávega tradicional da Meia Praia na Matriz do Património Cultural Imaterial nacional.

Francisco Castelo, técnico municipal coordenador do projeto, descreve-nos em que consiste o mesmo e as suas principais etapas e atividades:

“Antecedendo o pedido de inclusão da Arte Xávega tradicional da Meia Praia (arte do José Santos) na Matriz do Património Cultural Imaterial nacional, foi realizado

um estudo etnológico envolvendo abordagens antropológicas e históricas, pesquisas em arquivos nacionais e regionais, registos de imagem da atividade, registos audiográficos de testemunhos orais dos intervenientes e de moradores nos bairros da Meia Praia. O estudo foi dirigido pela antropóloga Susana Filipa Santos.

Para além do estudo referido, o processo requer o compromisso do proponente - a Câmara Municipal de Lagos -, com a execução de um conjunto de medidas de salvaguarda que se prolongam pelos 10 anos de validade do registo na Matriz PCI, as quais devem prevenir e integrar ações relacionadas com: preservação da atividade;





A roda do peixe - distribuição dos quinhões

transmissão do conhecimento; divulgação da atividade, sensibilização da opinião pública e reforço dos laços de integração na comunidade. Ações materializadas na forma de publicações, exposições, mostras, filmes, workshop, etc., distribuídas por cada ano.

Aguarda-se, agora, eventuais solicitações de correções do processo, dar a necessária resposta e, paralelamente, ir cumprindo as medidas de salvaguarda propos-

tas e assumidas em compromisso. Para o corrente ano prepara-se uma exposição fotográfica incidindo sobre a atividade da Arte Xávega Tradicional da Meia Praia, da autoria da bióloga marinha e fotógrafa Dina Salvador, que estará patente no Centro Cultural de Lagos. Outras atividades e ações integradas naquelas medidas de salvaguarda poderão ter também início neste ano, mesmo na eventualidade de não se verificar ain-

da em 2020 a pretendida inclusão desta Arte Xávega na Matriz do Património Cultural Imaterial Nacional, já que se trata de um processo moroso e que existem largas dezenas de processos submetidos para apreciação.

Chegados a este ponto, poderão alguns leitores interrogar-se acerca do significado de “Património Cultural Imaterial”. Ora, no sentido do assunto em apreço, quando falamos em património cultural

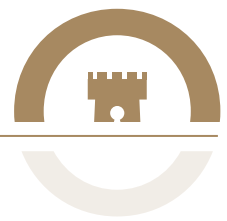


A antropóloga Susana Filipa Santos recolhendo testemunhos orais

imaterial referimo-nos ao conhecimento subjacente à prática da manifestação, isto é, aquilo que pretendemos inventariar, e dessa forma preservar e proteger, é o saber. Neste caso concreto, o conhecimento que permite construir e armar uma arte xávega, saber repará-la e saber utilizá-la na pesca, deter saberes de várias matérias essenciais àquela atividade marítima, tais como: regime de ventos e correntes marítimas;

fenómenos atmosféricos locais; conhecimentos dos fundos marinhos e seus acidentes; espécies piscícolas e sua ecologia, e demais conhecimentos inerentes às atividades piscatórias. Concomitantemente, o âmbito do conceito “património cultural imaterial” amplia-se ao envolver relações comunitárias e intra-comunitárias na medida em que a atividade congrega o esforço do coletivo, e se verifica a partilha de expe-

riências entre pescadores, bem como transmissão do conhecimento a novas gerações. No caso da Arte Xávega verifica-se, ainda, outra relação social importante, o envolvimento de membros da comunidade mais ampla, a cidade, e que nenhuma outra relação possuem com a comunidade piscatória e marítima que não seja esta, que estabelecem esporadicamente, ao assistir ou participar na alagem das redes.”



COVID-19 O COMBATE À PANDEMIA

Em poucas semanas um grupo de novas palavras passou a constar do léxico corrente dos portugueses. “Coronavírus”, “COVID-19”, “pandemia”, “confinamento” e vários outros termos relacionados com o universo semântico da ameaça à saúde pública que paira sobre todos os povos, preenchem agora os discursos oficiais e as conferências de imprensa, as conversas do dia-a-dia, as redes sociais, as páginas dos jornais e o tempo de emissão das televisões e rádios. Um tema a que, apesar de tudo, importa voltar enquanto não for definitivamente eliminada a fonte de tanta e legítima preocupação ou criados mecanismos que permitam debelar e minimizar os efeitos desta doença sobre os humanos e a sua forma de vivência.

CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS

Os sinais de que esta grave ameaça se estava a disseminar rapidamente por vários países europeus relativamente próximos e com os quais existe importantes fluxos comerciais e turísticos, levaram a que as autoridades portuguesas tomassem medidas, à data consideradas excessivas para algumas correntes de opinião, mas atualmente tidas como cautelosas e adequadas, pois não fossem essas medidas e possivelmente o cenário em Portugal seria mais dramático.

Em Lagos, que só a 6 de abril registou o primeiro caso de doença por COVID-19, as medidas começaram a ser tomadas um mês antes com a aprovação do Plano de Contingên-

cia da Câmara Municipal, que, seguindo as orientações da Direção Geral da Saúde, teve como objetivo antecipar e gerir o impacto de situações de contágio, preparando a resposta para minimizar as condições de propagação do vírus e manter os serviços municipais essenciais em funcionamento.

Nos dias 13 e 14 de março são aplicados os primeiros dois pacotes de medidas para minimizar os comportamentos potenciadores da disseminação do vírus, à data ainda com um horizonte temporal de aplicação até dia 27 de março:

- equipamentos culturais e desportivos municipais, entre outros,

encerrados ao público;

- suspensão das atividades culturais, desportivas e de enriquecimento curricular, assim como do serviço de transporte em autocarros do município;

- suspensão dos atendimentos presenciais, alvo de agendamento prévio, efetuados pelos serviços técnicos, promovendo-se a sua realização por via eletrónica ou telefone;

- suspensão das feiras de velharias, do Mercado Mensal (recinto de feiras) e da atividade do Mercado de Levante;

- recomendação para que os municípios não se desloquem aos Serviços de Atendimento/ Gabinete do

Município, exceto em situações de urgência, usando como alternativa ao atendimento presencial, os canais de atendimento à distância;

- suspensão do termo de pagamento voluntário, presencial, de todas as taxas, tarifas, preços, rendas e outros tributos municipais;

- suspensão de emissão e envio ao município de faturas referentes a consumo de água;

- reforço de recursos humanos nos meios de contacto à distância;

- adoção de medidas de redução de risco de exposição e contágio em espaços de atendimento municipal;

- suspensão da emissão de autorizações para animação de rua;

- redução do horário de funcionamento de todos os estabelecimentos de restauração e bebidas até às 24 horas;

- realização de reuniões de Câmara com presença somente do executivo municipal;

- e reforço da comunicação das medidas recomendadas pela Direção-Geral da Saúde.

A 16 de março, perante o agravar da situação no país, a Câmara decide reforçar a prevenção, acrescentando às medidas anteriormente tomadas:

- suspensão do serviço de transporte A ONDA (linhas vermelha, azul, turquesa e cinza);

- limitação máxima do número de clientes admitidos em simultâneo em cada um dos mercados (Avenida e Santo Amaro), garantindo a continuidade do abastecimento de produtos frescos à população, mas reforçando as condições de segurança, quer para os vendedores quer para os clientes;

- suspensão do atendimento presencial no Gabinete do Município e demais serviços de atendimento municipal, sendo disponibilizados, em alternativa, diversos canais de

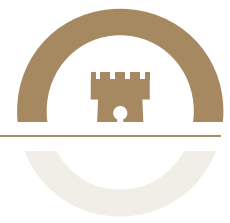
atendimento à distância;

- em termos da atividade económica limitou-se o horário de funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas, no máximo até às 21 horas, e, para evitar concentrações de pessoas em espaços públicos, a Câmara decidiu suspender igualmente as licenças de esplanadas, expositores, venda ambulante e outras formas de ocupação da via pública;

- no que respeita aos serviços municipais de cariz mais operacional foi suspensa a recolha de monos e de verdes, identificados como não essenciais face ao contexto geral;

- as zonas de forte atração e afluência de visitantes, como é o caso da área litoral, deixaram de poder ser visitadas por grupos turísticos, interditando-se os autocarros de turismo de circular na estrada de acesso à Ponta da Piedade, assim como na Avenida dos Descobrimentos;





No Pavilhão Municipal de Lagos foi montada uma das Zonas de Apoio à População (ZAP) com capacidade máxima para 250 camas, das quais 150 em quartos individuais, para acolher cidadãos que necessitem ficar em isolamento

- em matéria de trânsito, o Parque de Estacionamento da Frente Ribeirinha passou a estar condicionado e acessível apenas a utilizadores com cartão/avença;

- interditos à utilização ficaram os parques infantis do concelho e outros equipamentos como parques biosaudáveis, parques de skate e ginásios de ar livre, assim como os sanitários públicos.

No dia 17 de março é limitado (a 10 participantes) o número máximo de pessoas permitido em cerimónias fúnebres. Dois dias depois é criada a Subcomissão Municipal Permanente da Proteção Civil para acompanhar toda a situação e a implementação das medidas. Para sensibilizar a população relativamente à necessidade de permanência no domicílio, no dia 25 de março inicia-se a difusão de um alerta sonoro, em colaboração com as forças de segurança e agentes da proteção civil.

Perante a chegada da primavera e de dias convidativos para passeios ao ar livre, a 27 de março apertam-se as medidas, desta vez, interditando o acesso a todas as praias do concelho, respetivas frentes de mar e parques de estacionamento, assim como a circulação no passeio da frente ribeirinha da Avenida dos Descobrimentos. Paralelamente é encerrada a área de serviço de autocaravanas.

Durante todo o tempo foi levada a cabo uma intensa ação de desinfecção por todo o concelho, incluindo edifícios e espaços públicos, assim como áreas exteriores de espaços comerciais. Os trabalhos foram executados por empresa especializada, com recurso ao hipoclorito de sódio, um produto desinfetante sem risco de toxicidade para humanos ou animais, que demonstrou ter maior ação contra o vírus.

MEDIDAS SETORIAIS

.....

APOIOS AO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Ajuda financeira para a aquisição de equipamentos

A Câmara de Lagos e as demais câmaras municipais do Algarve que integram AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, transferiram para o Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve (ABC) mais de um milhão de euros para a aquisição de equipamentos e materiais necessários às unidades hospitalares da região no combate à COVID-19, designadamente ventiladores inva-



Juan Rachadell, médico cirurgião do CHUA, utilizando uma das viseiras produzidas pelo Centro Ciência Viva de Lagos

sivos, termómetros e material de proteção individual, como máscaras, luvas e fatos.

O contributo da AMAL resultou da reunião que a entidade teve com a Administração Regional de Saúde do Algarve e com o Centro Hospitalar Universitário do Algarve, na qual manifestou a sua solidariedade e disponibilidade para ajudar em tudo o que estivesse ao seu alcance, visando colmatar eventuais necessidades do Serviço Nacional de Saúde no combate à COVID 19, designadamente em termos de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica.

Produção e entrega de viseiras

Num momento em que todos os meios são poucos para fazer face à pandemia de COVID-19, a comunidade científica colocou o seu

saber e criatividade ao serviço da Saúde. Foi isso que, em meados de março, o Centro Ciência Viva de Lagos fez ao iniciar a produção de viseiras destinadas a serviços de saúde da região, a fim de serem distribuídas pelos profissionais que estão na linha da frente deste combate.

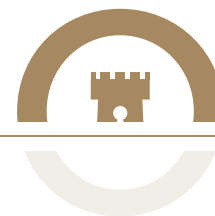
A iniciativa, inspirada no projeto 3D Mask Portugal, consiste na produção de suportes para as viseiras utilizando impressoras 3D. Em Lagos, Centro Ciência Viva e Câmara Municipal encetaram uma parceria para dar corpo a este projeto, em que o primeiro disponibiliza o seu conhecimento e equipamentos e a autarquia presta suporte ao nível da disponibilização de recursos para a produção e processo de distribuição. No âmbito desta parceria, foram entregues viseiras ao Centro de

Saúde de Lagos e às Unidades de Saúde Familiar, estando prevista a distribuição constante junto de vários parceiros com essa necessidade. Foram também entregues viseiras no Hospital de Portimão, destinadas em particular ao Bloco de Partos/Urgência de Ginecologia e Obstétrica e ao Bloco Operatório, entre outros serviços.

Para tal, a equipa do Centro Ciência Viva de Lagos continua, com ajuda de voluntários e de empresas que fornecem material, a produzir viseiras de proteção individual para quem está na linha da frente - médicos, enfermeiros e outros profissionais.

Na foto: O presidente da Câmara numa ação de distribuição de viseiras de proteção facial. Hospital de Lagos, Hospital de São Gonçalo, Centro de Saúde, Bombeiros Voluntários, GNR, PSP e Polícia Marítima, foram as instituições beneficiárias deste equipamento.





Zonas de apoio à população e áreas dedicadas à COVID-19

Num esforço conjunto e contínuo para melhorar as condições de luta e despiste do vírus, foram criadas novas valências para responder às necessidades durante o período de mitigação.

As Zonas de Apoio à População (ZAP) foram vistoriadas pela Delegada de Saúde e aprovadas pela Proteção Civil Distrital. O Pavilhão Municipal de Lagos (250 camas, das quais 150 em quartos individuais), o Motel Ancora (120 camas), a Pousada da Juventude de Lagos (58 camas), a Messe Militar – Edifício Infante

(65 camas) e Edifício D. Sebastião (100 camas) e o Hotel Sensation Guest House (10 camas), num total de aproximadamente 600 camas, ficaram assim disponíveis na cidade para alojamento dos profissionais de saúde, das forças e serviços de segurança e de socorro, cuja mobilização para o serviço de prontidão obste a que possam regressar às suas casas, sendo ainda destinadas à população em geral no que respeita ao isolamento preventivo (casos suspeitos de COVID-19) e ao isolamento efetivo. Também nas áreas rurais do concelho foram criados espaços com camas para atender aos casos que possam surgir: em Bensafrim estão dis-

poníveis 12 camas; em Barão de São João 16 camas; em Espiche, no Parque de Campismo Turis-campo, estão disponíveis 130 casas (bungalows); e em Odiáxere (no Clube Desportivo e na Sede do Rancho Folclórico) foram criadas zonas com 40 camas.

Neste momento, apesar de estarem reunidas todas as condições, aguarda-se a abertura em Lagos, pela ARS Algarve, de Áreas Dedicadas ao COVID-19 (ADC's). Estas áreas destinam-se a atendimento exclusivo de utentes suspeitos de terem contraído infeção pelo COVID-19, e irão - caso se comprove necessário - funcionar no Centro de Saúde, numa zona separada do atendimento normal/diário.

Centro de Colheitas

No seguimento dos esforços levados a cabo pelo Ministério da Saúde – ARS Algarve com a colaboração da Câmara Municipal, abriu, no dia 2 de abril, o centro de colheitas para despiste dos casos de Covid-19, instalado no parque de estacionamento da Escola das Naus. Com o objetivo de testar doentes fora de meio hospitalar, em condições de conforto e segurança coletiva e, ainda, de aliviar o afluxo de potenciais suspeitos portadores de COVID-19 aos hospitais, esta unidade é dedicada à colheita de amostras para rastreio da doença. Este modelo permite que os suspeitos de infeção, previamente referenciados pelo Serviço Nacional de Saúde, se desloquem até ao pon-



Centro de Colheitas para despiste de casos de Covid-19 foi instalado no parque de estacionamento da Escola das Naus



Estabelecimentos encerrados, esplanadas recolhidas e poucas pessoas nas ruas, assim têm sido as últimas semanas

to de recolha sem haver contacto com outras pessoas, levando à redução do risco de infeção em cada colheita. As colheitas só podem ser efetuadas mediante requisição prévia do SNS24 e do Centro de Saúde.

APOIOS SOCIAIS REFORÇADOS E AMPLIADOS

Atenta às novas situações de emergência social suscitadas pela pandemia, a Câmara Municipal de Lagos tem estado em permanente vigilância e, conjuntamente com outras entidades da Rede Social e alguns empresários locais, a acautelar as respostas para que a população mais vulnerável se sinta acompanhada e apoiada neste período especialmente difícil. Os alunos com escalão de ação social escolar A e B passaram a receber diariamente em suas casas um kit de almoço e lanche, refeições confeccionadas e distribuídas no âmbito de uma ação articulada entre a Câmara, as juntas de freguesia e a Escola Secundária Júlio

Dantas. O mesmo acontece relativamente aos adultos enquadráveis em grupos de risco (idosos, pessoas com doenças crónicas pré-existentes e/ou com o sistema imunitário deprimido) e em situação socioeconómica mais desfavorável. A população sem-abrigo é outro dos grupos a quem tem sido diariamente fornecido almoço, assim como acesso semanal a balneário e muda de roupa. No total, entre o dia 20 de março e 22 de abril, foram servidas uma média diária de 255 refeições.

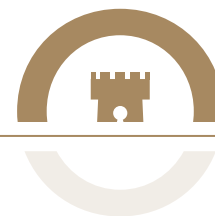
Para as famílias mais carenciadas que já beneficiavam de apoio social ou que passaram a necessitar do mesmo, a Câmara disponibiliza ajudas que vão desde a atribuição de géneros alimentares, a medicação e produtos de higiene pessoal e limpeza. Desde o início da pandemia foram entregues 421 cabazes alimentares (a 408 famílias), numerosos munícipes foram apoiados com medicação e várias famílias receberam produtos de higiene e limpeza. Disponível está ainda a medida de apoio ao arrendamento privado, uma vertente de apoio social recente no município de Lagos, que, ago-

ra, mais do que nunca, pode fazer a diferença para quem se debate com dificuldades em garantir as necessidades básicas das suas famílias. Neste momento são vários os agregados beneficiados com esta ajuda financeira (comparticipação do valor da renda), mas em breve poderão ser ainda mais, uma vez que a Câmara, no âmbito do programa “Lagos Apoia” decidiu, a partir de 23 de abril, alargar os critérios de elegibilidade, de modo a que mais famílias possam vir a contar com esta ajuda.

A renovação dos apoios está a ser feita de modo automático, evitando que os utentes tenham de se deslocar à autarquia para formalizar os seus pedidos e, assim, possam respeitar o dever de confinamento. Para estes utentes e para os novos requerentes de apoio o Serviço de Ação Social da Câmara Municipal assegura um atendimento, via não presencial, a todos os que dele necessitem, para que ninguém fique sem resposta.

COMUNICAÇÃO EM PERMANÊNCIA

A gestão da comunicação, a recolha e divulgação de informação fidedigna e a sua partilha com a população, assumem crucial importância em períodos de crise. Atenta a esta dimensão, a Câmara Municipal manteve permanente contacto com os órgãos de comunicação social e a divulgação de mensagens aos munícipes através dos vários suportes de comunicação institucional disponíveis.



O acesso às zonas balneares foi interdito a 27 de março

Nova página COVID-19

Neste contexto, foi criada uma página web dedicada ao COVID-19, resultante do contributo de vários serviços municipais e integrada no website oficial da autarquia lacobrigense, que está, desde o dia 27 de março, em permanente atualização, a aglutinar e a disponibilizar aos munícipes informação relevante sobre temas como as recomendações de saúde, medidas de prevenção e combate à pandemia COVID-19, medidas de apoio económico e de apoio social (de âmbito local e nacional), informações úteis (ex. serviços ao domicílio e de take-away), mas também com uma componente dedicada à educação, cultura e ao lazer. Uma forma de, nestes dias difíceis e com espírito positivo, ajudar a população a ultrapassar as dificuldades decorrentes do distanciamento social e a passar o tempo de modo mais agradável.

Ações de informação e sensibilização

Porque a COVID-19 criou novos receios junto da população e alterou hábitos e rotinas, foram igualmente desencadeadas no final do mês de março e em abril, várias ações de sensibilização, designadamente para combater o abandono dos animais de companhia, para apelar à não deposição de monos e de resíduos verdes na via pública e, ainda, visando elucidar sobre os procedimentos corretos de colocação dos resíduos nos contentores.

O apelo ao distanciamento social e confinamento – uma das mais importantes recomendações para evitar a disseminação do vírus - foi também reforçado através da colocação de vários outdoors na via pública.

ÚLTIMA HORA

À data de fecho desta edição foi aprovado pelo município um pacote de apoio às famílias e à economia local, cujas medidas aqui apresentamos de forma abreviada, recomendando-se a consulta de informação detalhada disponível no site da autarquia (página COVID-19).

LAGOS APOIA

PROGRAMA DE APOIO ÀS FAMÍLIAS E À ECONOMIA LOCAL

Isenções e reduções de taxas e tarifas, apoios na área da habitação, ação social, desporto, cultura, educação, solidariedade social, transportes, empresas, impostos e reforço das atividades de promoção são as grandes áreas beneficiárias das medidas que o município irá implementar para apoiar as famílias e setores de atividade económica. Um pacote que, entre aumento da despesa e redução da receita, representa para o orçamento municipal um esforço financeiro estimado de 3,3 milhões de euros, pretendendo-se que produza um efeito multiplicador na economia local.



Consumo e faturação de água

A tarifa variável será isentada aos 1^{os} escalões e reduzida em 10% aos 2^{os} escalões para os utilizadores domésticos, e observará uma redução de 10% para os utilizadores não domésticos, relativamente aos consumos efetuados entre março e dezembro de 2020. No caso dos utilizadores domésticos, o acesso à tarifa variável social passa a ser analisado tendo por base o rendimento do último mês.

OVP e Publicidade

Isenção do pagamento de taxas no âmbito da ocupação de via pública e publicidade (c/ devolução de valores entretanto pagos), referentes ao ano de 2020.

Mercados e Feiras

Isenção de rendas municipais relativas a lojas, bancas de mercados e feiras, de 1 de abril até final de 2020.

Marítimo-turísticas e praias

Isenção de taxas que venham a ser estipuladas no âmbito da emissão de licenças para 2020 relativas a atividades cujo licenciamento seja da responsabilidade do município.

Apoios sociais

Alargamento das condições de acesso, no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios, passando a ser elegíveis agregados familiares com rendimento per capita inferior a 80% do IAS (351,05€); isenção do pagamento de todas as rendas sociais, a partir do dia 1 de abril até final de 2020.

Habitação/Apoio ao arrendamento privado

Alargamento das condições de acesso, estabelecendo-se uma comparticipação de 25% para os agregados que se encontrem com taxas de esforço até aos 65%.

Educação

Criação de uma linha de apoio aos encarregados de educação, com atendimento efetuado por psicólogos; alargamento dos Serviços de Apoio à Família (do Pré-Escolar) assegurando o seu funcionamento nos meses de agosto e setembro; aquisição de equipamentos informáticos e sistemas de acesso à internet, de modo a garantir que todos os alunos tenham condições para aceder ao ensino à distância.

Associativismo cultural e desportivo

Manter o nível de apoio financeiro para garantir a satisfação das necessidades dos clubes e associações ao longo deste período.

IPSS's

Atribuição de apoios pontuais a IPSS's do concelho, com vista à aquisição de material de proteção individual; prestação de auxílio a pagamento de comparticipações sociais, por parte de agregados com dificuldades económicas comprovadas.

Impostos e outras receitas

Não aplicação de derrama em 2021; estudar a viabilidade de redução das taxas de IMI e IRS a aplicar no ano de 2021.

Micro-Empresas, PMEs e ENIs

Criação de um programa de estímulo à atividade comercial, que possibilite apoio a empresas (com atividade no concelho) em situação de fragilidade, mediante requerimento e demonstração de deficitária situação financeira.

Mobilidade

Isenção do tarifário da ONDA até junho de 2020, passível de prolongamento.

Promoção, Imagem e Eventos

Reforço efetivo das ações de dinamização e promoção do concelho de Lagos.

Estratégia

Desenvolvimento de um estudo estratégico de avaliação do impacto do COVID 19 na economia, com definição de ações futuras a implementar, criando grupo multidisciplinar com participação de *stakeholders* do concelho.

Mantenha-se em permanência informado e siga as recomendações das autoridades.

Saiba mais em:

- www.cm-lagos.pt/municipio/covid-19 - Medidas de âmbito local e informações diversas
- <https://covid19estamoson.gov.pt/> - Informação oficial de âmbito nacional
- www.dgs.pt - Informações e recomendações da Direção Geral da Saúde



CÂMARA PÕE EM PRÁTICA NOVAS COMPETÊNCIAS DE GESTÃO DAS PRAIAS

A gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico é uma das novas competências que o município de Lagos recebeu em 2020. Para colocar em prática o licenciamento de atividades que se desenvolvam nos espaços balneares, a Câmara estabeleceu um protocolo de cooperação com a Autoridade Marítima Nacional/Capitania do Porto de Lagos, no âmbito do qual será esta entidade, detentora de conhecimento e experiência nesta matéria, a desenvolver no terreno os atos técnicos e diligências periciais necessários para os procedimentos instrutórios das licenças a emitir. Esta parceria de cooperação técnica foi aprovada na reunião de Câmara de 4 de março, e visa e reunir as condições para

que, neste ano de transição, a autarquia consiga emitir as licenças sem prejuízo da atividade económica que se desenvolve habitualmente nas zonas balneares. O protocolo prevê ainda que a Capitania possa prestar assessoria técnica aos concursos de atribuição de licenças de apoio balnear e apoio recreativo.

Foram igualmente aprovadas as condições de atribuição de licenças para a comercialização de Bolas de Berlim e outros bolos na praia para o ano em curso. A Câmara admite atribuir um total de 19 licenças, repartidas em função da dimensão e características de cada zona balnear.

O acesso ao corredor marítimo localizado na praia D. Ana, utilizado no âmbito da atividade marítima-turística de passeios às grutas, é

outra das matérias que passou a estar sujeita a licenciamento municipal. Para emitir estas licenças, a Câmara Municipal aprovou, a 22 de janeiro, o procedimento que estipula as condições de atribuição, o qual foi elaborado após concertação com as entidades intervenientes nesta atividade, designadamente a Capitania do Porto de Lagos e a Docapesca – Portos e Lotas, SA. Prevê-se, neste primeiro ano, uma continuidade das práticas anteriormente seguidas, as quais têm em conta a avaliação da capacidade do local, as suas condições de segurança e as especificidades históricas da atividade.

Acresce referir que toda esta atividade está de momento suspensa em virtude das medidas de combate ao surto de COVID-19.



MUNICÍPIO DELEGA NA LAGOS-EM-FORMA NOVAS COMPETÊNCIAS

A Câmara Municipal, na sua sessão do passado dia 18 de março, aprovou a delegação de competências na empresa municipal “Lagos-em-Forma”, através da qual esta passa a ter novas responsabilidades ao nível da fiscalização e de contraordenações rodoviárias previstas no código da estrada.

Determinar a instrução de processos de contraordenação rodoviária por infrações leves, relativas a estacionamento proibido, abusivo ou indevido, nos parques ou

zonas de estacionamento, assim como nos demais espaços públicos que integram a área territorial passam a ser competências desta empresa. O novo contrato-programa renova também as já existentes competências de promoção, implementação, gestão, exploração e fiscalização dos dois parques de estacionamento cobertos, situados na zona ribeirinha e no denominado “anel verde”, junto às muralhas da cidade, assim como das zonas de estacionamento de

duração limitada (ZEDL) e zonas de acesso automóvel condicionado nas ruas da cidade.

Esta decisão surge no seguimento do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público.

A proposta do novo contrato-programa carece de apreciação e deliberação da Assembleia Municipal.



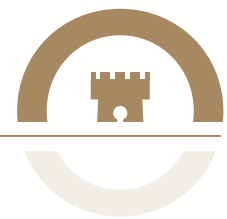
POLÍCIA MUNICIPAL EM FASE DE CONSTITUIÇÃO

Está em funções, desde o passado dia 1 de março, o novo Comandante Municipal de Polícia designado pelo Presidente da Câmara para chefiar o Corpo de Polícia Municipal de Lagos. O cargo foi preenchido pelo Sargento-Ajudante Sérgio Eduardo Prateiro Remudas, Sargento da Guarda

Nacional Republicana, após prévio parecer favorável do Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana e subsequente despacho de autorização proferido por Antero Luís, Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna.

Em paralelo, foram desencadea-

dos os procedimentos do concurso para a admissão de 24 estagiários para a carreira de Agente de 2.ª Classe de Polícia Municipal, visando dotar o Corpo de Polícia Municipal de Lagos dos recursos humanos necessários à concretização da sua missão e início de atividade.



DEGRADAÇÃO DO PORTO DE PESCA DE LAGOS SUSCITA PROTESTO

Foi aprovada, por unanimidade, na primeira reunião de março da Câmara Municipal, uma moção referente ao estado de degradação das infraestruturas e equipamentos do porto de pesca de Lagos.

A moção sublinha a necessidade de se fazer sentir à entidade gestora, a Docapesca, Portos e Lotas, S.A., a urgência imperiosa de realização de uma intervenção de requalificação e reparação do pontão do porto onde as embarcações fazem a amarração, da zona de arrecadações e das instalações sanitárias que servem este

equipamento e os pescadores.

Dar uma maior dignidade ao porto de pesca de Lagos e proporcionar condições de trabalho seguras a todos os pescadores que aí desenvolvem a sua atividade - numa época em que a economia do mar, em geral, e as pescas em particular são apontadas como opção estratégica para um maior incremento do desenvolvimento económico do país - são os objetivos da interpelação que, na sequência da aprovação desta moção, o município decidiu fazer à referida entidade.



REPÚDIO PELO ENCERRAMENTO DA CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA DE BENSAFRIM

O executivo municipal aprovou por unanimidade, em reunião de Câmara no passado dia 5 de fevereiro, uma moção através da qual manifestou o seu repúdio pelo encerra-



mento do balcão da Caixa de Crédito Agrícola de Bensafirim.

Esta posição juntou-se aos protestos já anteriormente manifestados pela Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Bensafirim e Barão de São João.

Instalada há cerca de 30 anos em Bensafirim, a Caixa de Crédito Agrícola era a única instituição financeira a operar naquela Vila, representando uma mais-valia para a população e traduzindo-se igualmente num apoio aos agricultores

e à dinamização do comércio local.

Os órgãos autárquicos subscritores da moção consideram que o encerramento deste balcão provocará uma destituição das condições de vida locais, levando ao isolamento desta comunidade rural do concelho de Lagos.

O Município está a desenvolver contactos e diligências para tentar, junto da referida instituição financeira, encontrar alternativas que permitam continuar a disponibilizar serviços bancários à população.



AUTARQUIA PREPARADA PARA RESPOSTA AOS CIDADÃOS BRITÂNICOS

A emissão dos certificados de residência para os cidadãos da União Europeia é uma das respostas asseguradas pelo município de Lagos no quadro do protocolo de parceria firmado, há vários anos, com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Para lidar com as alterações decorrentes do Brexit novos procedimentos tiveram de ser assimilados, o que motivou a participação de trabalhadores da autarquia numa ação de formação ministrada pelo SEF. Atendendo à expressiva comunidade britânica residente em Lagos esta é uma informação que a muitos poderá interessar, pelo que se entendeu por bem aqui partilhá-la.

O BREXIT E A RESIDÊNCIA EM PORTUGAL DE CIDADÃOS NACIONAIS DO REINO UNIDO

O que irá acontecer no período de transição

Na sequência do Acordo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia, o Reino Unido passará a ser enquadrado no regime jurídico aplicável aos países terceiros. No entanto, haverá um período de transição, a vigorar até 31 de dezembro de 2020, mantendo-se as atuais regras em vigor, pelo que os cidadãos nacionais do Reino Unido, e seus fami-

liares, continuam a gozar do direito de entrada, permanência e residência em Portugal nos mesmos termos dos cidadãos da UE.

Neste contexto, importa clarificar os procedimentos para obtenção do Certificado de Residência (período máximo de 5 anos) e para obtenção do direito de Residência Permanente (passados os 5 anos):

CERTIFICADO DE RESIDÊNCIA

Até 31/12/2020, os cidadãos do Reino Unido que pretendam deslocar-se para Portugal e permanecer por um período superior a 3 meses deverão dirigir-se à Câmara Municipal/Gabinete do Município e solicitar o respetivo certificado de registo no prazo máximo de 30 dias após decorridos os 3 meses da entrada no território nacional. O certificado tem um custo de 15,00 € e é emitido no momento do atendimento, vigorando por um período máximo de 5 anos.

DIREITO DE RESIDÊNCIA PERMANENTE

Os cidadãos do Reino Unido que cheguem a Portugal até ao final do período de transição podem vir a adquirir o direito de residência permanente, após 5 anos de residência legal no território.

A emissão do Certificado de Residência Permanente é efetuada aos balcões de atendimento do SEF, com

agendamento prévio através de marcações telefónicas (através do 808 202 653 (rede fixa) ou 808 962 690 (rede móvel)) ou por via online (<http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/marcacao/index.aspx>).

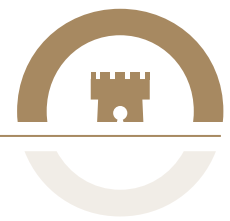
Os cidadãos naturais do Reino Unido que atualmente já tenham adquirido o direito de residência permanente em Portugal, poderão manter esse direito.

Nota: Face às medidas em vigor no âmbito do surto epidémico da COVID-19 os atendimentos presenciais estão suspensos e o prazo dos documentos foi prorrogado.



Fontes:

- SEF-Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- Acordo sobre a saída do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte da União Europeia e da Comunidade Europeia da Energia Atómica.



LAGOS ACOLHEU WORKSHOP SOBRE EMPREENDEDORISMO

O “Mindset Workshop: Introdução à Transição de Carreira, Empreendedorismo e *Public Speaking*” juntou as melhores dicas dos três temas sob a orientação de Joana Glória, Vítor Monteiro e do ator Ricardo Trêpa. A iniciativa teve lugar nos dias 25 e 26 de janeiro no Centro Cultural de Lagos. Destinado a pessoas que não estão felizes nos seus trabalhos, mas também a aspirantes a empreendedores e a todos os que desejam

iniciar um novo projeto/negócio, mas que não sabem por onde começar, o workshop procurou, numa perspetiva aberta e informal, guiar os participantes a descobrir a sua verdadeira paixão. A inscrição nesta ação rapidamente esgotou, o que levou o município a planear uma segunda ação para 21 e 22 de março, intitulada “Do zero ao empreendedorismo”, a qual teve de ser cancelada devido às medidas de contingência em vigor.



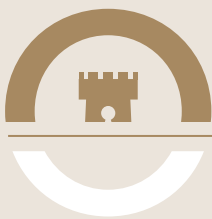
Ricardo Trêpa, Joana Glória e Vítor Monteiro dinamizaram um workshop que superou as expectativas dos participantes

ENTIDADES JUNTAM-SE PARA DINAMIZAR AS ÁREAS EMPRESARIAIS

As empresas instaladas nas áreas empresariais de Lagos reuniram-se e, com o suporte da Câmara Municipal de Lagos e do NERA – Associação Empresarial da Região do Algarve, decidiram criar uma comissão de acompanhamento que pretende dar continuidade e consolidar os frutos alcançados com o “Algarve REVIT+”, projeto de revitalização das áreas empresariais que envolveu a AMAL, a CCDR Algarve e foi cofinanciado pelo CRESC Algarve 2020. Desta assembleia geral constitutiva saiu o Regulamento das Áreas Empresariais de Lagos, tendo sido

eleitos os oito elementos que irão integrar a Comissão Permanente em representação das empresas aderentes, a que se juntam um representante do NERA e um representante nomeado pela Câmara Municipal, que será o próprio presidente Hugo Pereira. Uma das primeiras medidas a implementar é a colocação de sinalética direcional, em coerência com a imagem definida para a Rede de Áreas Empresariais do Algarve. A Comissão Permanente, coordenada por Paulo Arantes, está também a elaborar um plano de atividades para a di-

namização, promoção e cooperação entre os membros. Propor e avaliar o funcionamento dos meios comuns, assim como zelar e fazer zelar pelo bom estado dos espaços, infraestruturas e equipamentos, em articulação com as entidades competentes, serão competências deste órgão. Nas três áreas de acolhimento empresarial de Lagos (Chinicato, Chinicato – Pinheiral e Marateca) estão instaladas mais de 70 empresas. Segundo o estudo do Algarve REVIT+ apresentado em 2019, estas áreas empresariais empregavam à data 610 pessoas.



OS DIREITOS DOS CONSUMIDORES EM TEMPOS DE PANDEMIA

CANCELAMENTO DE ATIVIDADE NÃO IMPEDE A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO ÚTIL

A 15 de março assinala-se o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor. O Centro de Informação Autárquica ao Consumidor (CIAC) da Câmara Municipal de Lagos programou para este ano uma ação informativa destinada ao comércio, serviços e restauração, tendo em vista esclarecer e sensibilizar estes agentes económicos para as obrigações consagradas no quadro legal. Agendada para o dia 16 de março, a ação foi cancelada devido às medidas implementadas para lidar com a epidemia do novo coronavírus.

Na impossibilidade de presencialmente esclarecer os agentes económicos e os consumidores, o CIAC tem procurado desempenhar esta função à distância, publicando na página de facebook da autarquia informações e recomendações emitidas pela Direção Geral do Consumidor, para que os cidadãos estejam conscientes dos seus direitos e melhor saibam lidar com o impacto da pandemia por COVID-19.

Para quem não tem acesso a esse canal informativo, passamos em revista algumas dessas informações:

Alerta para os riscos de compra de medicamentos falsificados

O Infarmed chama a atenção para os medicamentos falsificados e milagrosos que se espalham na Internet, especialmente com a pandemia da Covid-19. Esta entidade apela aos consumidores para que comprem fármacos apenas em sites autorizados, como páginas de farmácias, ou em locais de venda de medicamentos autorizados sem receita médica.

COVID-19 e as Ciberameaças

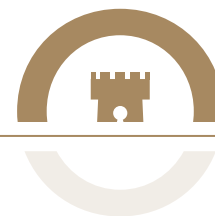
A Direção Geral do Consumidor e o Centro Nacional de Cibersegurança alertam para o facto da atual pandemia estar a ser explorada para captação de dados pessoais das vítimas ou para a infeção dos seus dispositivos com malware ou mesmo para efetuar campanhas falsas de recolha de donativos, compra de material médico ou de proteção pessoal. “Em face destes casos, é aconselhada extrema pru-

dência no acesso, na receção e na partilha de conteúdos digitais associados à temática da pandemia COVID-19, devendo dar-se prioridade a fontes oficiais e reputáveis de informação”, informa o Centro.

Regime excepcional e temporário para o pagamento de renda

Foi aprovado o regime especial que estabelece uma flexibilização no pagamento das rendas urbanas (habitação e não habitação) durante o período em que vigorem as medidas excecionais de contenção da pandemia de coronavírus/Covid-19. A Lei n.º 4-C/2020 de 6 de abril pretende garantir a estabilidade na vida das pessoas e empresas, enquanto se garantem melhores condições para que, findo o período de exceção, seja possível ultrapassar as dificuldades por ele geradas.

Conheça os seus direitos, consultando estas e outras informações na página de Facebook da Câmara Municipal de Lagos em: <https://www.facebook.com/camaramunicipaldelagos/>



PLANO DE PORMENOR CONFIRMA VALOR AMBIENTAL E PAISAGÍSTICO DO PAUL DE LAGOS

O estudo de caracterização e diagnóstico do Paul de Lagos, recentemente aprovado, veio confirmar, com dados exaustivos e detalhados, as características naturais muito especiais desta zona, identificada como a UOPG 10 do Plano Diretor Municipal e Áreas Adjacentes.

Correspondendo à 1.^a fase de elaboração do Plano de Pormenor, o estudo analisou uma área de 215 hectares (397 contando com as áreas adjacentes) onde a componente biofísica (Geologia e Geomorfologia, Recursos Hídricos Subterrâneos e Superficiais, Solo, Flora-Vegetação-Habitats, Fauna e Alterações Climáticas) se destaca. A ocupação do território, a componente socioeconómica e o planea-

mento territorial foram temáticas igualmente abordadas.

A equipa do Plano identificou, pelo considerável interesse ambiental, paisagístico e especificidade, cinco macrozonas, das quais duas constituem um importante refúgio para a avifauna. A grande diversidade florística é outra das características deste território, assim como o elevado potencial faunístico, principalmente na zona húmida, evi-

denciado pelas 210 espécies de avifauna, 32 espécies de mamíferos e 17 espécies de répteis. Garçote, flamingo, goraz, garça-vermelha, papa-ratos, coelho, lontra, sáurios, cágados e serpentes, são apenas algumas das muitas espécies identificadas, muitas delas com particular interesse de conservação, reiterando as conclusões que um estudo anterior realizado pela SPEA (Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves) já tinha apresentado.

O interesse cultural está igualmente presente, conforme atestam os sítios arqueológicos reveladores de indícios de uma presença humana desde a pré-história antiga.

Segundo o estudo, a ocupação edificada é pouco significativa (2% da área do Plano), dispersa e não estruturada, sendo a “habitação” o uso predominante.

A elaboração deste trabalho está a cargo da Geocódice, Lda., empresa contratada pela autarquia, que, para o efeito reuniu uma equipa multidisciplinar constituída por arquitetos paisagistas, engenheiros biofísicos, civis, do ambiente, de recursos hídricos, eletrotécnicos e do território, biólogos e arqueólogos, a qual se irá dedicar agora à elaboração da Proposta Base, correspondente à 2.^a Fase do Plano.

Embora o PDM de Lagos já identifique o grande objetivo de afirmar o Paul como um local pedagógico de criação e de manutenção de habitats, de educação e de ecoturismo, o Plano de Pormenor será o instrumento de operacionalização dos vários objetivos programáticos.

O Plano de Pormenor do Paul é cofinanciado pelo CRESC Algarve 2020.

PRÁTICA DO AUTOCARAVANISMO EM ESTUDO

No âmbito do estudo de ordenamento para a prática do autocaravanismo no município de Lagos, foi aprovado o “Levantamento, caracterização e diagnóstico da situação existente”, correspondendo à 1.^a fase deste trabalho.

O objetivo final é fazer aprovar uma proposta de ordenamento e de regulamentação para o exercício desta prática, sem descuidar a utilização sustentável dos recursos existentes e salvaguardando o património natural, a par do desenvolvimento social, económico e cultural do concelho.

O diagnóstico quis saber onde param os autocaravanistas, quem são e quais as suas necessidades e, ainda, o que pensa a população sobre esta atividade.

Apesar da existência de quatro parques de campismo, um parque de campismo militar e uma Área de Serviço de Autocaravanas (ASA), a equipa de trabalho identificou 52 locais informais de estacionamento, parqueamento ou pernoita dos autocaravanistas, na sua maioria situados em parques de estacionamento no interior dos perímetros urbanos, nos parques de serventia às praias e nas áreas de estacionamento informal junto às mesmas, nas falésias e próximo de dunas e zonas lagunares, na envolvente de equipamentos coletivos e/ou empreendimentos, em loteamentos ainda não acabados e, por vezes em

avenidas e arruamentos urbanos, confirmando-se a preferência dos autocaravanistas pelos locais mais perto das praias.

Quanto ao perfil, a maioria dos autocaravanistas que visita Lagos tem acima de 41 anos (54% tem mais de 65 anos), é de nacionalidade Holandesa, Britânica, Francesa e Alemã (por ordem de importância), tem escolaridade ao nível do ensino secundário e superior, um rendimento familiar entre os 1250€ e os 2500€, optando, na sua maioria, por viagens de longa duração por períodos superiores a um mês, feita por duas pessoas (familiares sem filhos ou amigos). Quase 60% destes turistas gasta em média entre 20 a 50€ por dia e por pessoa. Questionados sobre a ASA municipal, a maioria destes turistas avaliou a mesma com 3* (pelos serviços disponibilizados) sendo que 32% classificou este equipamento com 5* (atendendo sobretudo à localização e espaço disponível). A internet e a recomendação por parte de amigos e/ou familiares são as principais formas de conhecimento da ASA, mas são as características da própria cidade, nomeadamente a sua história, cultura e gastronomia, assim como a relação de proximidade com o mar, as praias e a amenidade do clima que suscitam a visita a Lagos.

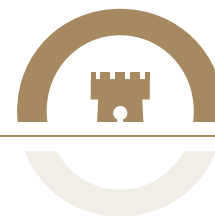
O diagnóstico quis também saber o que pensam os lacobrigenses sobre

esta atividade. Os resultados do inquérito aplicado revelam que mais de 70% dos inquiridos apreciam a prática do autocaravanismo, apesar de nunca o terem experimentado, e que este pode ajudar a combater a sazonalidade do turismo, promovendo a economia local. Quanto aos aspetos negativos a população destaca o estacionamento diurno e a pernoita de autocaravanas em locais não autorizados, assim como o impacto sobre o património ambiental, natural e cultural, defendendo o aumento da fiscalização das práticas ilegais e a melhoria das condições de acolhimento destes veículos e turistas.

A equipa de trabalho vai agora dedicar-se à construção de uma proposta de ordenamento que permita ao município uma melhor gestão desta atividade.

Nota: À data de preparação desta edição os parques de campismo e de caravanismo, bem como a área de serviço de autocaravanas encontram-se encerrados por força Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março (que procedeu à execução da declaração do estado de emergência) e do Despacho n.º 3547/2020 (que veio regulamentar a situação dos utentes dos parques de campismo e de caravanismo e das áreas de serviço de autocaravanas).





VIAS E ARRUAMENTOS DO CONCELHO VÃO SER PAVIMENTADOS

A Câmara Municipal aprovou, na reunião de 3 de março, a abertura de concurso público para uma empreitada de pavimentação de vias e arruamentos que irá abranger grande parte do concelho.

O investimento, no valor de um milhão e duzentos mil euros, segundo o preço base do procedimento, e com um prazo de execução de 180 dias, consiste em trabalhos de pavimentação e, em algumas artérias, também correções ao nível da drenagem de águas e nas calçadas. Na cidade, está prevista a intervenção na Avenida dos Descobrimentos, Avenida da República, Rua Filarmónica 1.º de Maio, Estrada do

Porto de Mós, Torraltinha, troço da Rua Vasco da Gama, estacionamento do Mercado de Santo Amaro, a que se somam diversas rotundas, algumas artérias do centro histórico e um conjunto de outras urbanizações das zonas de expansão urbana da cidade. As restantes zonas de intervenção incidirão na Meia Praia e Albardeira, Luz, Espiche e Almádena, assim como Barão de São João e Portelas.

O projeto e o mapa das áreas de intervenção teve como base o levantamento de necessidades identificadas pelos serviços da autarquia, assim como o reporte por parte dos municípios.



REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DA LUZ ADJUDICADA

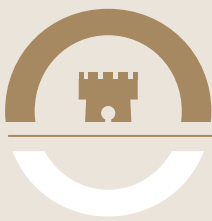
A empreitada de requalificação da Estrada Municipal 537 (entre as Quatro Estradas e a Vila da Luz), foi adjudicada pelo valor de 1.616.092,06€ acrescido de IVA.

O assunto foi presente à reunião da Câmara Municipal no passado dia 4 de março, com o executivo a manifestar a sua satisfação pelo facto de terem aparecido empresas interessadas em concretizar este projeto. A obra tem um prazo de execu-

ção de 300 dias e deverá ter início assim estejam reunidas as condições legais de contratação, designadamente a obtenção de visto por parte do Tribunal de Contas, e as condições técnico-operacionais exigidas para uma empreitada com esta dimensão.

Quanto à eventualidade dos trabalhos coincidirem com a época balnear, período de maior afluência turística à Vila e Praia da Luz, a

autarquia informa não haver como evitar essa situação, atendendo ao prazo de execução da obra. No entanto, garante que todos os cuidados serão tidos em conta para minimizar os transtornos próprios da execução da obra. A primeira medida passará por sensibilizar os automobilistas a utilizarem preferencialmente o acesso à Luz via Espiche, que oferece boas condições de circulação.



BREVES

⌋ Foi adjudicada, por 3.048.020,31€ (acrescido de IVA) e um prazo de execução de 450 dias, a empreitada de construção da nova Escola EB1+JI da Luz. O contrato foi assinado a 9 de março, aguardando visto do Tribunal de Contas. Esta intervenção insere-se no ciclo de requalificação e ampliação do parque escolar que o município de Lagos tem vindo a concretizar em toda a área do concelho.

.....

⌋ Adjudicada foi também a Via V10 do Plano de Urbanização da Meia Praia (PUMP), mais conhecida como “Estrada da Meia Praia”, a qual representa um custo de 1.991.638,00€ (acrescido de IVA). A obra tem um prazo de execução de 300 dias.



⌋ Já contratada está a intervenção que visa a instalação do “Espaço de Trabalho Colaborativo (Cowork)” no edifício da antiga Escola Gil Eanes, atual Espaço Jovem. Esta ação, que representa um investimento de 39.771,21€ acrescido de IVA, resulta da proposta n.º 19 do Orçamento Participativo 2017 e pretende dotar de melhores condições de funcionamento este espaço de trabalho colaborativo. A instalação desta nova valência vai também reforçar o caráter multidisciplinar do Espaço Jovem e estimular as indústrias criativas.

.....

⌋ Vai ser reforçada a rede de ecopontos do concelho. Trata-se de um investimento estimado de 460.000,00€ que prevê a instalação de mais 13 ilhas ecológicas, correspondentes a 17 contentores subterrâneos de resíduos sólidos urbanos e 39 contentores de resíduos recicláveis.



Local onde vão ser criadas as instalações provisórias do Mercado de Levante

Com o concurso da Empreitada de Requalificação do Mercado de Levante a decorrer, e existindo a expectativa de que a obra possa ter início em meados do ano, o município tem acau-teladas instalações para que o mercado de produtos frescos possa funcionar provisoriamente enquanto decorrem as obras. A última decisão sobre esta matéria aponta para o recinto da antiga EB 2,3 n.º 1 de Lagos (em São João), o qual será preparado com a instalação de uma tenda de 1000 m², a que acrescem instalações para o Fiscal Municipal, instalações sanitárias e arrumos em sistema de monoblocos. A suspensão do funcionamento do Mercado de Levante, determinada no âmbito do combate à pandemia do novo coronavírus, e todas as demais restrições em vigor poderão, naturalmente, ter algum impacto na calendarização destes e de outros trabalhos anteriormente planeados e/ou em curso.



Está em fase de conclusão a requalificação da iluminação pública da zona pedonal da Av. dos Descobrimentos (116.496,08€ acrescido de IVA) e em curso a empreitada de requalificação da iluminação pública da Av. dos Pescadores na Vila da Luz (de 148.313,50€ acrescido de IVA)

A ONDA JOVEM DÁ TRANSPORTE GRATUITO A CRIANÇAS

As crianças até 12 anos de idade, residentes no concelho de Lagos, passaram a estar isentas na utilização d' A ONDA. Esta decisão, tomada pela Câmara Municipal, entidade gestora da rede de transportes urbanos de Lagos, visa estimular o uso do transporte coletivo e incentivar a mudança de hábitos dos cidadãos, com o objetivo de reduzir as emissões de CO2 e promover modos de vida mais saudáveis. A medida entrou em vigor no passado dia 1 de março.

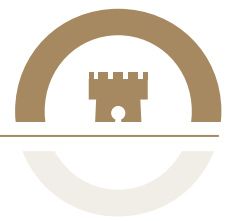
Nos últimos quatro anos*, A ONDA transportou uma média anual de 62 125 passageiros. O aumento do número de carreiras, a maior capacidade e conforto dos autocarros e a recente redução de 20% no preço dos passes, implementada em dezembro no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART), foram algumas das medidas adotadas para estimular ainda mais a utilização do transporte coletivo em Lagos. A essa soma-se agora a isenção para todas as crianças até aos

12 anos, passando a beneficiar também aquelas que não se encontram abrangidas pela modalidade do transporte escolar. Com esta decisão, na prática, todas os menores até 12 anos passaram a poder utilizar gratuitamente A ONDA, residam ou não longe da escola, e podendo fazê-lo ao longo de todo o ano, inclusivamente em período de férias escolares. Para

tal é apenas necessário adquirir no Terminal Rodoviário de Lagos um cartão magnético (“A ONDA Jovem”), que tem um custo de 5€ e fica ativo até ao dia em que completem os 13 anos, sendo renovado a cada cinco anos. As crianças até aos 3 anos de idade podem viajar gratuitamente sem necessidade de cartão, embora sempre acompanhadas por um adulto.



* Nota: dados de 2015 a 2018



DIZ-ME QUE LIXO FAZES, DIR-TE-EI QUEM ÉS

Lagos integra o que se poderia chamar de observatório da poluição marinha, apesar de não ser essa a designação oficial. Trata-se do Programa de Monitorização do Lixo Marinho em Praias, iniciado em 2013 pela Agência Portuguesa do Ambiente e promovido através das Administrações de Região Hidrográfica, em colaboração com autarquias, capitánias e Associação da Bandeira Azul para a Europa (ABAE).

A monitorização decorre ao longo de todo o ano (com uma campanha por estação) em 15 praias

do território nacional continental, entre as quais a Batata em Lagos. A metodologia passa por efetuar uma amostragem que consiste em recolher e identificar os materiais num troço de 100 metros.

O município, enquanto entidade parceira, tem acesso ao relatório anual do programa, um documento analisado com toda a atenção, por ser fonte importante de suporte à definição das políticas municipais em matéria ambiental. Divulgar os números em causa ajuda, por outro lado, ao processo de consciencialização dos cidadãos quanto aos comportamentos a alterar.

O último relatório, referente a 2019, concluiu que 89% dos resíduos identificados são de plástico/poliestireno, incluindo esferovite e 11% das restantes categorias. Na categoria do plástico/poliestireno o esferovite e os fragmentos de plástico representam 44% e as beatas e filtros de cigarro 13%. Já nas restantes categorias, os artigos sanitários estão em maior número (6,3%), sobretudo cotonetes. Com muito menos expressão aparecem os resíduos de papel e cartão (2%).

Comparativamente com as outras praias, a Batata foi a que apre-

sentou o valor mais baixo de cotonetes (0,1% do valor total das 15 praias monitorizadas), mas no que respeita às beatas e filtros de cigarro é um dos locais com maior incidência, representando 10% do total registado.

No geral foram recolhidos menos itens do que nos anos anteriores, o que constitui um bom indicador. E de onde provém esse lixo? Para cerca de 83% do lixo reportado não é possível atribuir uma fonte. Mas para os itens em que essa origem é identificável e relativamente ao Algarve, o turismo (15%), as atividades recreativas (14%), a pesca (4%) e a aquacultura (8%) são as fontes que mais contribuem para a produção de lixo marinho.

O projeto segue em 2020, tendo decorrido no passado dia 6 de janeiro a campanha de inverno. Para além dos resíduos habituais, nesta recolha foi identificado um valor anormal de confettis plásticos e de papel cuja origem se atribui aos festejos de passagem de ano.

Por isso, antes de lançar cotonetes para as instalações sanitárias ou deitar beatas de cigarros para o chão, pense que, no fim do percurso, muitos destes resíduos acabam por ir ter ao mar e às nossas praias.





LAGOS COM MOBILIDADE MAIS SUSTENTÁVEL

Veículos 100% elétricos podem vir a estar isentos do pagamento de estacionamento à superfície, nas zonas de estacionamento de duração limitada (ZEDL) da cidade. É este o teor da recomendação que a Câmara Municipal decidiu fazer à Lagos-em-Forma (entidade gestora do estacionamento tarifado). A deliberação, tomada por unanimidade na reunião de 4 de março, tem como objetivo ajudar a formar uma consciência ambiental coletiva, no quadro das políticas municipais, e apelar aos cidadãos para o uso de tecnologias amigas do ambiente, de modo a combater as alterações climáticas e ajudar a consolidar a

qualidade do ambiente urbano e do espaço público que caracteriza a cidade de Lagos.

Esta proposta surge no momento em que acaba de entrar em funcionamento o primeiro posto de carregamento de veículos elétricos de acesso público no concelho. Situado no parque de estacionamento contíguo ao edifício da Capitania do Porto de Lagos, este posto (com capacidade para duas viaturas) é o primeiro de dois a instalar em Lagos no âmbito do processo desenvolvido pela AMAL, em articulação com a MOBLE*, para a criação de uma rede piloto de postos de carregamento de veículos elétricos nos municípios do Algarve.

O equipamento instalado em Lagos é um posto de carregamento semi-rápido que, segundo a entidade fornecedora, carrega em 1 hora 80% da capacidade de armazenamento de energia de uma viatura elétrica.

Para a criação deste ponto foi essencial a colaboração da Câmara Municipal de Lagos, que executou os ramais de alimentação e, na fase experimental, assume o encargo do carregamento das viaturas.

* Empresa pública que, por indicação da tutela, assegura a gestão dos fluxos energéticos e financeiros resultantes das operações da rede de mobilidade elétrica



FOI LANÇADO CONCURSO PARA A LIMPEZA DAS ZONAS BALNEARES

Manter os padrões de qualidade ambiental das praias de Lagos, que têm sido reconhecidos publicamente por várias entidades com responsabilidades nesta área, é o objetivo da Câmara Municipal ao abrir novo concurso público para a aquisição de serviços de limpeza e manutenção de zonas balneares. O concurso prevê a aquisição de

serviços por um período de dois anos, estando a autarquia lacorense disposta a aplicar nesta atividade uma verba até 325 mil euros. A empresa com a qual vier a ser celebrado contrato terá de garantir a manutenção das doze zonas balneares situadas ao longo da costa, incluindo a limpeza do areal, dos acessos, das zonas de estacionamento e áreas envolventes.

Atendendo a que as boas condições climatéricas da região proporcionam - em circunstâncias normais - um uso das praias mesmo fora do período oficial de época balnear, o município acautelou que a limpeza será feita ao longo de todo o ano, estando prevista uma maior atenção em época alta, com a obrigatoriedade da mesma ser feita diariamente.

CONTROLO DE PRAGAS AGORA AINDA MAIS INTENSIFICADO

Uma das consequências das alterações climáticas é o agravamento da propagação de pragas urbanas que tendem a proliferar-se se não forem intensificadas medidas de prevenção e controlo.

Para tal, a Câmara Municipal decidiu reforçar o plano anual das ações de desinfestação e desbaratização, o qual abrange espaços e equipamentos públicos e passa a prever a realização de campanhas contínuas em três períodos: janeiro; abril a julho; e setembro a outubro. Nos restantes meses as intervenções serão efetuadas pontualmente conforme as necessidades. O serviço é prestado por uma empresa especializada, que utiliza produtos adequados à praga a combater e escolhidos tendo em conta fatores como a baixa toxicidade para o homem e para os animais e o menor impacto nos ecossistemas, cumprindo a legislação em vigor.

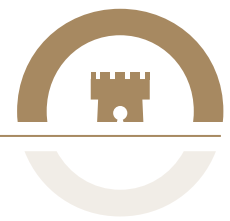
Para que este esforço possa ser ainda mais eficaz, é necessária a colaboração dos munícipes, que no seu dia-a-dia deverão ter em atenção as seguintes recomendações:

- Coloque o lixo orgânico em sacos bem fechados e sempre dentro do contentor;
- Não alimente animais, deixando restos de comida na via pública;
- Mantenha a casa limpa e tenha os alimentos armazenados em locais fechados, limpos e visto-



- riados periodicamente;
- Mantenha os jardins sem detritos;
- Vede possíveis rachaduras e aplique vedantes na parte inferior das portas;

- Caso possua habitações devolutas, mantenha as mesmas fechadas e higienizadas, para evitar o aparecimento de pragas indesejáveis.



A IMPORTÂNCIA DA ÁGUA EXPLICADA AOS MAIS JOVENS

Sensibilizar a população escolar do concelho para a importância vital da água e para a necessidade da sua utilização racional é o grande objetivo deste projeto, iniciado este ano letivo pela Câmara Municipal de Lagos, que pretende envolver mais de 900 alunos de vários níveis de ensino, na esperança de que, através destes, a mensagem chegue também às famílias. Para o efeito, foi produzida uma peça de comunicação intitulada “TOP 10 DICAS para poupar água”, cuja imagem é inspirada na forma torneira. Uma maneira de cativar a atenção dos alunos para

os importantes conselhos nela contidos.

Durante as sessões informativas, realizadas em sala de aula por técnicas da autarquia, foram igualmente distribuídos temporizadores que têm como função controlar a duração máxima de cada duche. Esta peça é uma oferta da Águas do Algarve, parceira do município neste projeto de sensibilização ambiental. As sessões foram entretanto suspensas devido à suspensão das atividades letivas presenciais, mas o projeto será retomado assim estas voltarem à sua atividade normal.



SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS GERA GANHOS ECONÓMICOS, ENERGÉTICOS E AMBIENTAIS



Na edição de abril de 2019 divulgámos na Revista Municipal a intervenção que estava a ser feita na renovação da iluminação pública, com a substituição de oito centenas de luminárias de vapor de sódio por equipamentos com a tecnologia LED. O investimento de 349 mil euros, participado pelo programa CRESC Algarve 2020, está já a dar retorno, superando as estimativas

iniciais em termos de eficiência energética.

No espaço de aproximadamente um ano, a autarquia poupou 18% na fatura de eletricidade, representando um benefício económico de 171.268,49€, um benefício energético de 1223,356 MWh/ano e, mais importante ainda, um benefício ambiental que evitou a emissão de 574,97 toneladas de CO2/ano.

PALMEIRAL DE LAGOS UM PATRIMÓNIO ARBÓREO PRESERVADO

Lagos apresenta uma estrutura arbórea de extrema importância, que não só contribui para o enquadramento paisagístico dos espaços ajardinados, como é também o principal aliado no combate às alterações climáticas. O património arbóreo existente no espaço público urbano no município de Lagos divide-se em dois grupos: o das árvores e o palmeiral. Este último apresenta um valor patrimonial que, apesar de bastante elevado, é pouco divulgado e, como tal, pouco apreciado pela generalidade da comunidade.

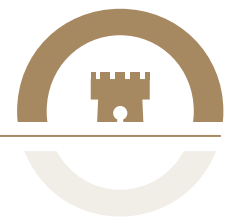
De acordo com o estudo realizado pelo município, o palmeiral público tem várias espécies, sendo constituído por 552 palmeiras, e representa um valor patrimonial estimado de 4.595.254,98 €.

Ciente desta importância, ambiental, paisagística e económica, o município procedeu à avaliação fitossanitária do palmeiral, onde se detetaram focos de infestação causados pelo escaravelho das palmeiras e focos de podridão rosa, causados por um fungo. O diagnóstico foi o ponto de partida do programa de preservação que a Câmara implementa sistematicamente desde 2010, ano em que desenvolveu o primeiro concurso para a aquisição de Serviços de Aplicação de Produtos Fitofármacos e Biológicos, de forma



a controlar a praga *Rhynchophorus ferrugineus* (conhecido como o escaravelho das palmeiras) e a doença grave provocada pela *Gliocladium vermoesem* (podridão rosa). Esta manutenção representa um encargo anual na ordem dos 80.000,00€, investimento que permite, após uma

década, afirmar que o palmeiral se encontra em bom estado fitossanitário. Um contributo que se considera positivo para elevar o valor da cidade de Lagos, através da consolidação de uma imagem de marca das áreas ajardinadas muito apreciadas por residentes e turistas.



BREVES

A manutenção do espaço público e das infraestruturas municipais faz-se diariamente, por administração direta dos serviços da autarquia, cuja capacidade é, por vezes, reforçada com a contratação externa de serviços, num esforço discreto, mas que faz a diferença. Das muitas atividades realizadas aqui ficam alguns destaques.



De modo a garantir as condições de segurança e visibilidade para peões e automobilistas, foi feita mais uma campanha de repintura de passadeiras na cidade e freguesias. Em 2019 foram 154 o número de passadeiras intervencionadas. A

senalética vertical é outra componente importante da mobilidade, estando em curso, com prazo de conclusão até final de junho, uma campanha de substituição de sinalética direcional de trânsito e sinalização abrangendo todo o concelho.

Os bancos de jardim têm merecido igualmente a atenção da autarquia, numa campanha de reparação e substituição a concluir até ao final de 2020. Em 2019 foram intervencionados 122 bancos.

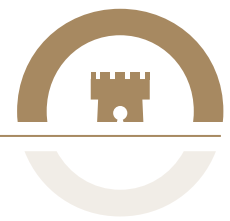
☰ No espaço público da cidade encontram-se várias estruturas ornamentais que requerem mais cuidados, como é o caso das fontes. Ponderados os prós e os contras da sua permanência, a Câmara Municipal decidiu desativar algumas e substituí-las por outros elementos decorativos que implicam um menor consumo de água e manutenção.



☰ Dando cumprimento a uma recomendação da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), o município tem estado a levar a efeito uma campanha de limpeza, higienização e desinfeção de todos os reservatórios de água. Trata-se de uma medida de boas práticas que, não sendo obrigatória, é importante para a manutenção do “Selo de Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano” que o município de Lagos tem recebido e para consolidar a confiança dos consumidores no serviço que lhe está a ser fornecido. Na foto: Reservatório R3 (Torraltinha) foi um dos que já recebeu esta intervenção.



☰ Para melhorar as condições de deposição de resíduos sólidos urbanos (lixo orgânico) a autarquia desenvolveu uma campanha de reforço e substituição de contentores de superfície em todas as freguesias do concelho. Nesta ação já foram distribuídos, desde outubro, cerca de 100 contentores. Mais contentores estão a ser adquiridos para dar continuidade a esta campanha e melhorar outros locais de deposição.



DIREITOS DA CRIANÇA RECORDADOS EM LAGOS

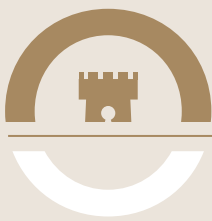
Foram descerrados, no passado dia 13 de dezembro, no átrio principal do Ed. Paços do Concelho Séc. XXI, um mural e placa alusivos aos 30 anos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

A iniciativa, proposta e dinamizada pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagos, contou com a presença de Hugo Pereira (Presidente da Câmara), Álvaro Laborinho Lúcio (Juiz Conselheiro Jubilado, ex-ministro da Justiça, escritor e especialista em matéria de direitos da criança), Ana Fazenda

(representante na região da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens), Francisco Gaspar (Presidente da CPCJ de Lagos), Carlos Rodrigues (Procurador da República – Tribunal de Família e Menores de Portimão), diretores dos agrupamentos de escolas de Lagos (Gil Eanes e Júlio Dantas) e demais entidades que participaram na palestra que lhe antecedeu, intitulada “Os Direitos da Criança – Uma Cultura, uma Responsabilidade (A Família, a Escola e a Comunidade)”.

Nas intervenções de abertura o Presidente da CPCJ de Lagos apresentou a Comissão do ponto de vista do volume e do tipo de processos que anualmente por ela passam, numa média de 260 a 280 processos, maioritariamente relacionados com situações de negligência, de violência doméstica e de absentismo escolar. Ana Fazenda lembrou que “todos os dias são dias de celebração da Convenção, pois todos os dias devemos fazer os possíveis para que as crianças tenham os seus direitos assegurados”. Carlos Rodrigues revelou ter existido uma diminuição de processos em tribunal, o que demonstra o bom trabalho que a CPCJ de Lagos tem realizado e o importante papel da comunidade na defesa dos direitos da criança. Para o Presidente da Câmara o muito e bom trabalho feito nesta matéria não deve inibir que se continue a fazer ainda mais e melhor, desafiando a comunidade, escolar e não só, a envolver-se na missão de alcançar a atribuição do Selo Protetor para outras entidades. A forma para lá chegar foi também deixada por Laborinho Lúcio, segundo o qual a palavra de ordem nas áreas de intervenção social deverá ser: “o máximo de dedicação e o máximo de humildade”.





APOIO AO ARRENDAMENTO PRIVADO

Minimizar o impacto social da COVID-19 é o propósito da alteração aprovada

Está em vigor, desde o dia 24 de janeiro, o regulamento que permite ao município de Lagos atribuir apoios económicos para a participação de rendas. Este novo apoio social visa todos aqueles que procuram satisfazer essa necessidade essencial que é o direito à habitação, mas não encontram no mercado privado de arrendamento uma resposta compatível com a sua capacidade económica. Para elucidar os potenciais beneficiários sobre os requisitos de acesso e as condições do apoio, a Câmara distribuiu um folheto informativo e disponibilizou igualmente estes conteúdos na página web da autarquia, na forma de perguntas frequentes e contendo um simulador que permite aos interessados calcular a taxa de esforço do seu agregado familiar, um

dos fatores, entre outros, a ponderar na determinação da elegibilidade da candidatura e no cálculo do montante do apoio a atribuir. Apesar de ainda recente, nos primeiros dois meses de vigência foram recebidos 38 pedidos de apoio, dos quais 10 reuniram as condições para terem deferimento, 8 foram indeferidos, 13 aguardam entrega da documentação em falta e 7 encontram-se em fase de avaliação técnica. O valor médio dos apoios atribuídos foi de 109,20 euros. Em consequência da pandemia que estamos a atravessar, e sabendo-se que os rendimentos das famílias estão a ser afetados, o município estudou a forma de introduzir ajustamentos para alargar o espectro das famílias que poderão ter direito ao apoio. As alterações,

entretanto aprovadas no âmbito do programa “LAGOS APOIA”, vão permitir atribuir uma comparticipação financeira de 25% das rendas aos agregados candidatos que apresentem uma taxa de esforço até 65%.

Recorde-se que a implementação desta medida – que pretende ser complementar aos instrumentos lançados pelo Governo para promoção de uma oferta alargada de habitação - está inserida no Programa Habitacional para o Município de Lagos 2018-2021, sendo uma das várias que este documento estratégico sectorial preconiza para complementar a resposta do parque municipal de habitação já existente, o qual se tem revelado insuficiente para corresponder à crescente procura registada.



FESTA DO DESPORTO DISTINGUIU AGENTES DESPORTIVOS

Atletas, equipas, clubes, técnicos e dirigentes, foram homenageados na Gala do Desporto que decorreu no Pavilhão Desportivo Municipal, no passado dia 28 de janeiro, com a presença de João Paulo Rebelo, Secretário de Estado da Juventude e Desporto.

Colocar Portugal, até 2030, no lote dos quinze países europeus com mais atividade física é uma das metas traçadas pelo Governo para o setor. A informação foi dada pelo Secretário de Estado da Juventude e Desporto na abertura da Gala do Desporto. João Paulo Rebelo reconheceu o papel dos municípios na promoção do desporto, assim

como das associações e dos clubes. Na sua intervenção dirigiu uma especial atenção aos mais jovens, que considerou as verdadeiras “vedetas” da festa, e sublinhou o quão importante é o desporto para a sua saúde física e psicológica e para o desenvolvimento das suas competências. Referindo-se ao desporto como um instrumen-

to de transmissão de valores úteis ao longo da vida, sublinhou a importância da cooperação - mais do que a competição -, a qual está na base dos grandes feitos da Humanidade. Aprender a ganhar e saber perder é, segundo o governante, uma aprendizagem importante para os jovens e futuros adultos saberem lidar com as frustrações que, tal como o sucesso, também fazem parte da vida.

Dizer não à batota e à violência no desporto foi outra das mensagens fortes deixadas pelo governante, segundo o qual estes fenómenos nada têm a ver com o desporto,



atividade que deve merecer respeito e ser celebrada com alegria e boa disposição.

Visivelmente orgulhoso pela oportunidade de reconhecer publicamente o talento, o mérito e a dedicação dos muitos agentes desportivos que em Lagos trabalham diária e arduamente para que a prática desportiva seja uma realidade participada e importante no dia-a-dia das pessoas, produzindo igualmente bons resultados, o Presidente da Câmara reiterou o compromisso para, tal como previsto no Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo, continuar a apoiar o desporto, que classificou como um setor estratégico de coesão social. Hugo Pereira lembrou a aposta crescente feita junto das camadas mais jovens, nomeadamente com projetos de âmbito escolar, permitindo aos alunos um contacto cada vez mais cedo com o desporto. O auctorca sublinhou ainda o crescente

número de praticantes e os bons resultados alcançados, os quais só vieram confirmar a excelência dos agentes desportivos e a capacidade de resiliência e compromisso dos mesmos, atributos que têm permitido concretizar muitos sonhos que são motivo de orgulho para toda a comunidade.

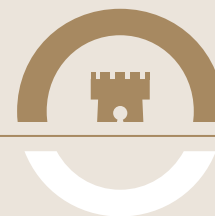
Nesta edição da Gala do Desporto foram homenageados nas categorias de Troféu Regional, Troféu Nacional e Troféu Internacional, um total de 171 atletas a título individual (incluindo aqueles que conquistaram títulos no âmbito do Desporto Escolar) e 4 equipas, representando as modalidades de: Patinagem de Velocidade; Futsal; Golfe; Ténis de Mesa; Atletismo; Hóquei em Patins; Vela, Ginástica Rítmica; Karaté; Triatlo; Andebol; Futebol; Ténis; Natação; Ténis de Mesa; Ginástica; Petanca; Judo; Tiro com Arco; Tiro; Paraciclismo; Skiming; Surf; e Equitação Adaptada.

A apresentação da Gala do Desporto 2020 esteve a cargo do humorista António Raminhos que animou a cerimónia.

Os troféus de prestígio foram atribuídos por um painel de cinco jurados às seguintes entidades:

- **Galardão Carreira** – Marco Cardoso (Patinagem – Roller Lagos Clube de Patinagem)
- **Galardão Dedicação** – Carlos Carneiro (Andebol – Andebol Clube Costa Doiro)
- **Galardão Fair Play** – João Rodrigues (Vela – Clube de Vela de Lagos)
- **Galardão Desporto Escolar** – Equipa feminina de iniciados de Futsal do Agrupamento de Escolas Gil Eanes
- **Galardão Desporto Adaptado** – André Sobreiro (Paraciclismo)
- **Galardão Atleta do Ano** – Diogo Marreiros (Patinagem – Roller Lagos Clube de Patinagem)
- **Galardão Treinador do Ano** – Paulo Batista (Patinagem – Roller Lagos Clube de Patinagem)
- **Galardão Dirigente do Ano** – João Carneiro (Andebol - Andebol Clube Costa Doiro)
- **Galardão Atleta Revelação** – Matilde Rosa (Andebol – Clube Desportivo da Escola Secundária Gil Eanes)
- **Galardão Equipa do Ano** – Equipa de Iniciados Femininos de Andebol do Clube Desportivo da Escola Secundária Gil Eanes
- **Galardão Clube do Ano** – Roller Lagos Clube de Patinagem





ENTIDADES DESPORTIVAS VÃO RECEBER MAIS APOIOS FINANCEIROS

A Câmara deliberou atribuir 385.791,45€ a entidades desportivas. A decisão insere-se no âmbito do Programa de Apoio ao Desporto (época 2019/2020) e resulta da análise às vinte candidaturas apresentadas.

A maior fatia do bolo financeiro (147.150,00€) vai para o “Apoio à Organização de Eventos Desportivos e Projetos Especiais”, promovidos pelos clubes desportivos locais no âmbito da sua atividade regular federada.

À Medida “Modernização e Autonomia Associativa” candidataram-se o Estrela Desportiva de Bensafrim, o Clube de Ténis de Lagos e o Clube de Vela de Lagos, os quais irão receber um apoio financeiro global de 136.841,45€ para o melhoramento das suas instalações desportivas e aquisição de equipamentos essenciais à prática das respetivas modalidades.

Novidade do programa é o apoio a outras iniciativas de interesse municipal, o qual prevê duas medidas: o “Patrocínio Desportivo” e “Eventos de Relevância”. A primeira medida visa reconhecer o

mérito e resultado desportivo de atletas/equipas que elevam as modalidades e levam o nome de Lagos aos mais altos níveis competitivos, enquanto a segunda tem como objetivo apoiar grandes eventos na base do desporto espetáculo, de âmbito regional, nacional e internacional. Os atletas Diogo Marreiros e David Bravo, ambos do Roller Lagos Clube de Patinagem (a disputarem provas internacionais em patinagem no gelo), os surfistas Alex Botelho e Marlon Lipke (que participam em provas internacionais de surf), o Clube Desportivo da Escola Secundária Gil Eanes (que tem a equipa juvenil na fase final do Campeonato Nacional de Andebol Feminino para disputar o título de Campeã Nacional), o Clube de Ténis de Mesa de Lagos (promoção da equipa sénior no objetivo de subida à 1.^a

Divisão) e o Grupo Popular das Portelas (promoção do Centro de BTT de Lagos através da participação da equipa do GPP em provas do campeonato regional e nacional de BTT), irão ser apoiados com um montante global de 63.800,00€. Na medida “Apoio a Eventos de Relevância” foram apresentadas duas candidaturas, para o “Rally Casinos do Algarve - Super Especial Lagos” e para a “Volta ao Algarve em Bicicleta”, eventos entretanto realizados e apoiados, respetivamente, com 13 mil e 25 mil euros.

Para além destes apoios específicos, o Programa de Apoio ao Desporto da Câmara Municipal de Lagos financia outras vertentes inerentes à atividade dos clubes locais. O somatório de todas as medidas na época desportiva em curso acarreta uma despesa global de 1.191.340,27€.

1º TRAIL DA PONTA DA PIEDADE DEU A CONHECER LAGOS



A iniciativa teve lugar no passado dia 23 de fevereiro, num soalheiro dia de inverno que mais parecia de primavera. Dois percursos, um *trail* longo e um *trail* curto para os atletas mais bem preparados, e uma caminhada aberta a toda a família permitiram dar a conhecer parte das belezas naturais de Lagos.

O evento foi organizado pela WeRun, empresa que se dedica à organização de atividades de corrida, e contou com o apoio do município.

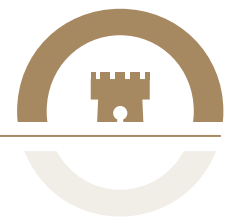
LAGOS RECEBEU 46.ª VOLTA AO ALGARVE EM BICICLETA

A Câmara de Lagos associou-se, uma vez mais, à Volta ao Algarve em Bicicleta. Foi no dia 19 de fevereiro que lacobrigenses e muitos outros entusiastas deste desporto tiveram a oportunidade de assistir à emocionante chegada da 2.ª etapa, uma viagem de 195,6 quilómetros entre Portimão e Lagos.

Fabio Jakobsen, campeão da Holanda de fundo, venceu pelo segundo ano consecutivo em Lagos, num sprint perante milhares de espectadores que se juntaram ao longo da Avenida dos Descobrimientos.

Para o município, que patrocina este grande evento desportivo, a Volta ao Algarve representa, não apenas a possibilidade de proporcionar à população um espetáculo desportivo de competição ao seu mais alto nível, mas também a oportunidade de receber em época baixa um evento altamente mediático, que gera impacto na economia local, na promoção e notoriedade do território, enquanto destino turístico de excelência e com ótimas condições para a prática de desportos ao ar livre.





MATA DE BARÃO DE SÃO JOÃO COM NOVOS ATRATIVOS

para desfrutar quando tudo regressar à normalidade



A Mata de Barão tem um novo Ginásio de Ar Livre. Trata-se de um equipamento para treino destinado a adultos, que conta com sete estações de exercícios, dois equipamentos “Salto de Barreiras” e uma “Trave de Equilíbrio”.

Instalado na clareira, perto do Parque de Merendas, este equipamen-

to vem complementar os recursos já existentes nesta mancha florestal e aumentar a diversidade de atividades de ar livre que se podem praticar no local.

Deste pacote de investimentos de valorização faz, igualmente, parte a renovação da sinalética direcional e informativa dos equipamentos ins-

talados na Mata Nacional (Via Algarviana, Centro de BTT e conteúdos da responsabilidade do ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas), a qual se estende à Aldeia de Barão de São João, onde foi colocado um painel para divulgar os 3 percursos pedestres de pequena extensão (Passeio das Figuras; Passeio a Ver o Mar; e Passeio dos Poetas”) que podem ser visitados.

Estas ações e investimentos vêm concretizar o objetivo, definido em Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo de Lagos, de potenciar as condições naturais do concelho e, consequentemente, dinamizar iniciativas em época baixa que ajudem a combater a sazonalidade e a promover um desenvolvimento desportivo sustentável para a economia local.

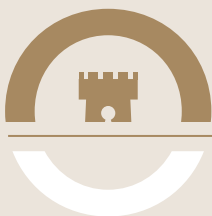
OLIMPÍADAS SÉNIOR JUNTARAM PRATICANTES

Foi no passado dia 22 de janeiro que aconteceu mais uma edição das Olimpíadas Sénior em Lagos. Trata-se de um evento que envolve os vários projetos de promoção do desporto e da saúde dinamizados por autarquias do Barlavento algarvio, juntando, anualmente, nos vários concelhos, os utentes em alegre e

salutar convívio desportivo.

Desta vez foram 400 o número de participantes, provenientes de Lagos, Portimão, Monchique, Silves e Lagoa. Ao projeto “Saúde em Movimento” dinamizado pela Câmara Municipal de Lagos coube a tarefa de acolher os visitantes e dinamizar esta atividade coletiva.





MUNICÍPIO APRESENTOU CANDIDATURA AO UAARE

Criar condições para ajudar a conciliar o sucesso educativo com o sucesso desportivo, de modo a formar alunos-atletas, é o objetivo desta iniciativa, desenvolvida em parceria com os agrupamentos escolares do concelho.

Entre os anos 2009 e 2013 foi produzida legislação que consagrou medidas de apoio aos alunos de alto rendimento ou integrados em seleções nacionais, com o objetivo de promover uma maior compatibilização entre as exigências de treino/competição e os deveres estudantis. No entanto essas medidas não alteraram significativamente o estado das coisas, pelo que, em 2016, é criado, o projeto-piloto “UAAARE - Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola”.

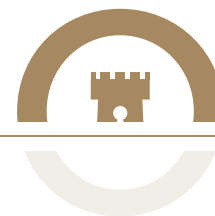
As UAARE visam uma articulação mais eficaz entre os agrupamentos de escola, os encarregados de educação, as federações desportivas e seus agentes e os municípios, entre outros interessados, tendo por objetivo conciliar, com sucesso, a atividade escolar com a prática desportiva de alunos/atletas do ensino secundário enquadrados no regime de alto rendimento ou seleções nacionais.

Em cada uma das escolas-piloto são formadas equipas pedagógicas que têm como objetivo desenhar, implementar e acompanhar o processo pedagógico e de apoio psicológico para cada um dos alunos envolvidos, tendo em consideração as suas particulares necessidades. A Câmara de Lagos, consciente da importância do desporto como um dos fenómenos sociais e culturais mais importantes da sociedade nos dias de hoje, tem feito um crescente investimento no parque desportivo e no apoio financeiro à prática desportiva, com especial enfoque na “Formação”. Em resultado dessa aposta, e também do trabalho incansável dos clubes desportivos e outros agentes locais, verificou-se, nas últimas três épocas desportivas, um crescimento quantitativo e qualitativo da prática desportiva lacobrigense.

O levantamento da realidade efetuado pelo grupo de trabalho que

preparou a candidatura mostra que existe um expressivo número de alunos (aproximadamente 70) com valor desportivo para poder vir a ser integrado num dos 3 níveis a que se destinam as UAARE - Potenciais Talentos; Seleções Nacionais; e Estatuto de Alto Rendimento – e passar a beneficiar de meios de acompanhamento e apoio para que possam progredir tanto na sua carreira escolar/académica como desportiva.

Para tal, a autarquia decidiu formalizar uma candidatura ao Programa Nacional – UAARE – Unidade de Apoio ao Alto Rendimento na Escola, manifestando a sua disponibilidade para assumir as responsabilidades logísticas e financeiras de implementação deste Programa, caso a proposta seja aceite. A Escola Secundária Júlio Dantas foi indicada como Escola Projeto-Piloto UAARE do concelho de Lagos.



PREPARAR OS JOVENS PARA OS DESAFIOS DE AMANHÃ



A sessão de arranque do projeto aconteceu no dia 4 de março

Uma parceria estabelecida entre o município de Lagos e o Torrance Center Portugal – Associação Científico Pedagógica propõe-se implementar nas escolas do concelho o programa “CriAtividade”, o qual visa preparar os jovens para os desafios de amanhã, dotando-os de competências estruturantes como a capacidade de resolução de problemas, o pensamento estratégico, a tomada de decisão, a comunicação igualitária, a colaboração, a criatividade e a inovação.

O projeto de inovação social “CriAti-

vidade – Problem solvers em ação” foi objeto de candidatura ao Programa de Parcerias para o Impacto. O município prontificou-se a cofinanciar com uma verba de 20 961,30€ a sua implementação por um período de dois anos nos agrupamentos de escolas de Lagos.

O projeto prevê, no primeiro ano, formar um grupo de professores (de ambos os agrupamentos) e técnicos da autarquia, os quais irão passar, no segundo ano, esta metodologia a outros professores e técnicos, que por sua vez trabalharão com os alunos.

VIVER O VERÃO 2020

Com a esperança de que o quotidiano retome a sua dinâmica habitual, a Câmara Municipal aprovou as condições de participação no programa Viver o Verão 2020. Mais de 350 vagas para crianças dos 6 aos 15 anos e 180 vagas destinadas aos jovens monitores é a capacidade de resposta que o programa, a desenvolver-se nos meses de julho e agosto, terá nesta edição. Novidade é o acréscimo de vagas e a generalização da modalidade de participação “Manhã e Tarde” a todos os núcleos do projeto, designadamente ao polo da Luz, à seme-

lhança do que já acontecia com os núcleos de Lagos, de Odiáxere e de Bensafrim.

O projeto, orçado em 173.900,00€, conta com o apoio e envolvimento das juntas de freguesia e de clubes locais, entre outros parceiros.

As inscrições no projeto, que para os jovens decorrem de 6 a 24 de abril e para as crianças de 4 a 15 de maio, são feitas por via online.

Sublinha-se que a execução deste programa estará sempre dependente do levantamento prévio das medidas de contingência relativas ao surto de COVID-19.

Mais informações em www.vivero-verao.com ou através do e-mail viver.verao@cm-lagos.pt



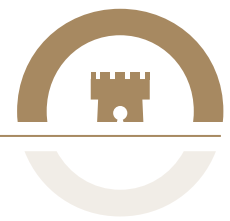


DESFILE DE CARNAVAL INFANTIL ANIMOU A CIDADE

Mais de 1300 crianças e cerca de 200 acompanhantes da comunidade educativa vestiram-se a preceito e “pintaram” de cor a alegria as ruas da cidade de Lagos, naquele que foi mais um Desfile de Carnaval Infantil organizado pela autarquia, a que escolas, colégios e infantários, incluindo estabelecimentos públicos, privados e IPSS do concelho de Lagos, deram corpo e expressão. O Mundo Fantástico, o Mar, as

Histórias Tradicionais, os EMOJI, os Piratas, os Espantalhos e os Incríveis, foram alguns dos temas escolhidos este ano para dar largas à imaginação e criatividade de quem não perde a oportunidade de celebrar o Entrudo. Às crianças juntaram-se os músicos da Sociedade Filarmónica Lacobrigense 1.º de Maio, a lagarta e outros mascarados do Centro de Estudos de Lagos (vulgo “Universidade Sénior”) e animadores.





APOIO AO ASSOCIATIVISMO CULTURAL VAI TER REGULAMENTO

Está em curso a elaboração do Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural. Esta medida pretende dotar o município de instrumentos que permitam, de forma objetiva, estabelecer critérios de eficácia e eficiência na atribuição de apoios públicos, assim como estimular o rigor na gestão e funcionamento dos agentes culturais do concelho.

O apoio às associações culturais e recreativas com sede no concelho é uma prática de longa data e resulta da consciência quanto ao papel importantíssimo destas en-

tidades em prol da salvaguarda e preservação das tradições, da afirmação da identidade histórica e cultural do território, da formação e criação artística, da valorização da oferta cultural, assim como ao nível da coesão social, uma vez que são polos agregadores da comunidade.

O regulamento vai estabilizar as regras relativas à concessão de apoios aos agentes culturais, entendendo-se como tais as bandas filarmónicas, escolas de música, grupos corais, de dança, de fados, folclóricos, populares, de teatro, associações e coleti-

vidades de cultura e recreio, entre outras que desenvolvam atividades de reconhecido interesse cultural. O projeto identifica os tipos de apoios, os requisitos e os critérios relativos ao apoio financeiro, as responsabilidades das partes, entre outros aspetos considerados importantes para a boa aplicação das verbas públicas. Concluído o período de consulta pública do regulamento, o documento irá incorporar as sugestões apresentadas, antes de ser aprovado em reunião de Câmara e remetido para apreciação e votação da Assembleia Municipal.

RANCHO DE ODIÁXERE INTEGRA FEDERAÇÃO DO FOLCLORE PORTUGUÊS



No passado dia 1 de março o auditório dos Paços do Concelho Séc. XXI foi palco da assinatura do compromisso de honra e entrega do diploma de sócio efetivo da Federação do Folclore Português ao Rancho Folclórico e Etnográfico de Odiáxere.

No evento, o Presidente da Federação de Folclore Português enalteceu o trabalho desenvolvido pelo rancho e a sua constante preocupação em manter as tradições inalteradas. O Rancho Folclórico e Etnográfico

de Odiáxere foi fundado a 17 de março de 1984 na Vila de Odiáxere, sendo atualmente constituído por mais de 50 elementos.

Com esta adesão, o Rancho de Odiáxere vê reconhecido por parte da Federação do Folclore Português o seu trabalho de muitos anos em prol da Freguesia, do Concelho, e da Região. A cerimónia encerrou com a atuação do grupo, que não deixou passar a oportunidade de mostrar o seu trabalho.

O "AMANHÃ" NO TURISMO E CULTURA DO ALGARVE



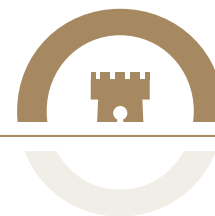
Na Ação de Dinamização e Promoção Cultural e Turística decorrida no dia 6 de março no auditório Paços do Concelho Séc. XXI, falou-se sobre o futuro e os desafios do turismo no Algarve, a importância do marketing digital dos destinos turísticos, a mult centenária Arte Xávega e os trabalhos em curso no Museu de Lagos. Outro dos focos foi a apresentação dos principais eventos âncora em 2020 no município de Lagos.

Na sessão de abertura, a cargo de Hugo Pereira (Presidente CM Lagos), Fátima Catarina (Vice-Presidente da Região de Turismo do Algarve) e Adriana Nogueira (Diretora Regional de Cultura), foi referido o crescimento turístico do Algarve que, apesar dos constrangimentos como o Brexit

e a falência de operadores turísticos, conseguiu registar, em 2019, um crescimento de hóspedes, representando 30% da quota nacional. Foi ainda evidenciada a importância dos pequenos eventos culturais na região, que, a par dos grandes eventos, contribuem para minimizar a sazonalidade. Trazido para a mesa foi ainda o tema do Coronavírus e das dificuldades que poderá trazer para a região, embora o futuro seja encarado com espírito positivo dada as provas que o Algarve tem dado na superação das adversidades. Duarte Padinha (Região de Turismo do Algarve) apresentou uma perspetiva global do Plano de Marketing Estratégico do Turismo do Algarve (PMETA 2.0) para o período 2020-2023.

Para evidenciar o crescente papel do marketing digital e dos blogs de viagem, Catarina Leonardo (Vice-Presidente da Associação de Bloggers de Viagem Portugueses) falou da sua experiência pessoal até se tornar blogger de viagens profissional. O impacto e o poder dos influenciadores, assim como a sua proximidade com os seus seguidores, foi mencionado pela autora do blog Wandering Life como de extrema importância no alcance do público e posterior decisão sobre o seu destino de viagem.

Na segunda parte, mais centrada em Lagos, Francisco Castelo (Técnico Superior de História da CM Lagos) apresentou a Arte Xávega da Meia Praia, prática a preservar dada a sua riqueza histórica e patrimonial.



CARNAVAL DE ODIÁXERE SAIU À RUA PARA PRESERVAR A TRADIÇÃO

Cerca de 15 carros alegóricos e aproximadamente 200 figurantes trajados a rigor integraram o desfile tradicional que, pelo 26.º ano, saiu à rua em Odiáxere, perpetuando a tradição carnavalesca no concelho de Lagos. Animação musical, bailarinas e o ator Pedro Barroso, figura pública convidada para apadrinhar esta edição, completaram o programa apresentado.

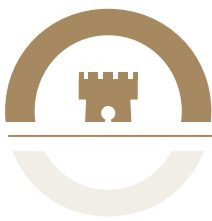
Uma festa que começou meses antes a ser preparada pelo Clube

Desportivo de Odiáxere, com o suporte financeiro do município de Lagos, o apoio da Junta de Freguesia de Odiáxere e o importante apoio logístico do município de Torres Vedras que, no quadro da geminação existente, cedeu, uma vez mais, muitas das figuras decorativas e humorísticas do seu Carnaval para serem utilizadas na composição dos carros alegóricos, trazendo até Odiáxere temas como: a televisão (reportagem); o surfista McNamara nas ondas

gigantes da Nazaré; as vindimas; Maléfica, Cruela e os 101 Dálmatas; carrinha pão-de-forma; entre outros.

Grande parte do trabalho é feito localmente, por muitos voluntários, a que se junta o apoio de instituições, empresas e patrocinadores locais. Só para se ter um exemplo, os carros mais ornamentados levam cerca de sete ou oito mil flores, que têm de ser elaboradas e aplicadas, representando muitas horas de dedicação a esta tradição.

O momento alto das festividades foi o Desfile Tradicional de Carnaval, realizado no dia 25 de fevereiro, mas o programa não esqueceu as crianças, que tiveram direito a um desfile no domingo, dia 23, e os tradicionais Bailes de Carnaval, um dos quais com o conhecido cantor Iran Costa.



PROGRAMAR CULTURA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Um desafio à criatividade

Da programação de espetáculos e exposições do Centro Cultural de Lagos, às atividades de promoção da leitura, passando pelos eventos ao ar livre, feiras e festividades, de tudo um pouco se encontrava no programa para 2020.

A “Volt’ a Portugal em Revista”, os “Monólogos da Vagina” e a 2ª edição do Ventania – Festival de Artes Performativas do Barlavento foram apenas os primeiros dos muitos eventos afetados pela pandemia. Já certa é também a suspensão de atividades agendadas para maio e junho, na medida em que muitos eventos requerem uma preparação prévia que tem início vários meses antes. É o caso das Marchas Populares e da MALA- Mostra de Artistas de Lagos. Outros ainda, como a Rota do Petisco, dependem da re-



toma da atividade económica, nomeadamente dos estabelecimentos de restauração e bebidas, pelo que foram adiados, neste caso para o período de 11 de setembro a 11 de outubro.

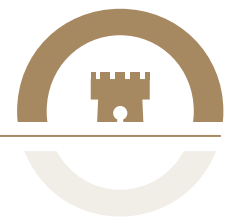
Com a esperança de que a vida possa retomar a sua normalidade, alguns dos eventos agendados poderão ainda vir a acontecer e, neste caso, teremos ainda a oportunidade de assistir à atuação de artistas de referência nacional, entre outras iniciativas, que já tinham sido apresentadas em diversos meios de comunicação. Mas, só o acompanhar diário da situação dirá quando e como serão as atividades retomadas, para prazer de todos quantos habitualmente consomem cultura e acompanham as festividades.

Até lá, a vida não para e, mesmo em casa, é possível continuar a assistir

a espetáculos, visitar virtualmente museus ou colocar a leitura em dia. Na página web “COVID-19” da Câmara Municipal de Lagos encontrará muitas e diversificadas sugestões. “Lagos em casa com...” é um projeto de dinamização cultural surgido em tempo de pandemia. Começou pela música, estendeu-se depois ao humor, com o lançamento de um concurso de cartoon humorístico, e às sugestões de leitura, apresentadas pela Biblioteca Municipal.

No âmbito do “Lagos em casa com...música” todas as terças, sextas e domingos, pelas 19h, o município lança nas redes sociais vídeos de artistas locais que, com as suas mensagens e vivências, transmitem afetos, esperança, espírito positivo e alegria para todos, num contributo em prol do bem-estar da comunidade.





CORPORATIVISMO E ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CENTRO CONSERVEIRO DE LAGOS, NAS VÉSPERAS DA 2.^a GUERRA MUNDIAL

por António Botelheiro Carrilho*

Subsídios para a História de Lagos – 6

*Técnico Superior - Serviço de Arquivo Municipal

1) Cf. RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira, *A indústria de conservas de peixe no Algarve (1865-1945)*, Dissertação de Mestrado em História do Século XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Abril, 1997, pp. 212 e 213.

A partir do último quartel do século XIX, Portugal assistiu ao nascimento e encerramento de várias fábricas de conservas de peixe.

A mão-de-obra dessas fábricas, nomeadamente a feminina, que pela falta de especialização era a mais flutuante, em função da existência de matéria-prima, viveu quase sempre em grandes dificuldades, em habitações (maioritariamente arrendadas a terceiros) com deficientes condições de salubridade, baixos salários, baixo poder de compra, fome e longas jornadas de trabalho, com turnos diurnos e noturnos. As dificuldades sociais e económicas do operariado motivaram, entre os últimos anos da Monarquia e a I República, um número considerável de greves, muitas delas duramente reprimidas pela conjugação do Patronato, do Governo e das forças policiais. No Algarve, entre 1893 e 1921 foram organizadas 198 greves, 43 delas dos operários conserveiros¹.

Com o Estado Novo, houve uma alteração drástica das relações

laborais, sobretudo pela nova orientação política assente na colocação dos interesses nacionais acima de quaisquer interesses particulares, erradicando a possibilidade de os trabalhadores se manifestarem livremente por melhores condições de vida. Passou a viver-se num clima de propaganda e censura, que abafava por todo o lado a tensão entre operários e patrões, com uma forte expressão na indústria conserveira, em que os Contratos Coletivos de Trabalho se impuseram como uma forma de regular aspetos como salários, horários de trabalho, categorias profissionais e respetivas atividades, entre outros aspetos. Contratos que ficaram longe de resolverem as tensões e melhorarem as condições de vida dos operários, que continuavam sujeitos a períodos longos sem trabalho, obviados através de subsídios e de sopas dos pobres, da ocupação, a tempo parcial, em trabalhos de beneficiação dos edifícios e manutenção das máquinas das fábricas,

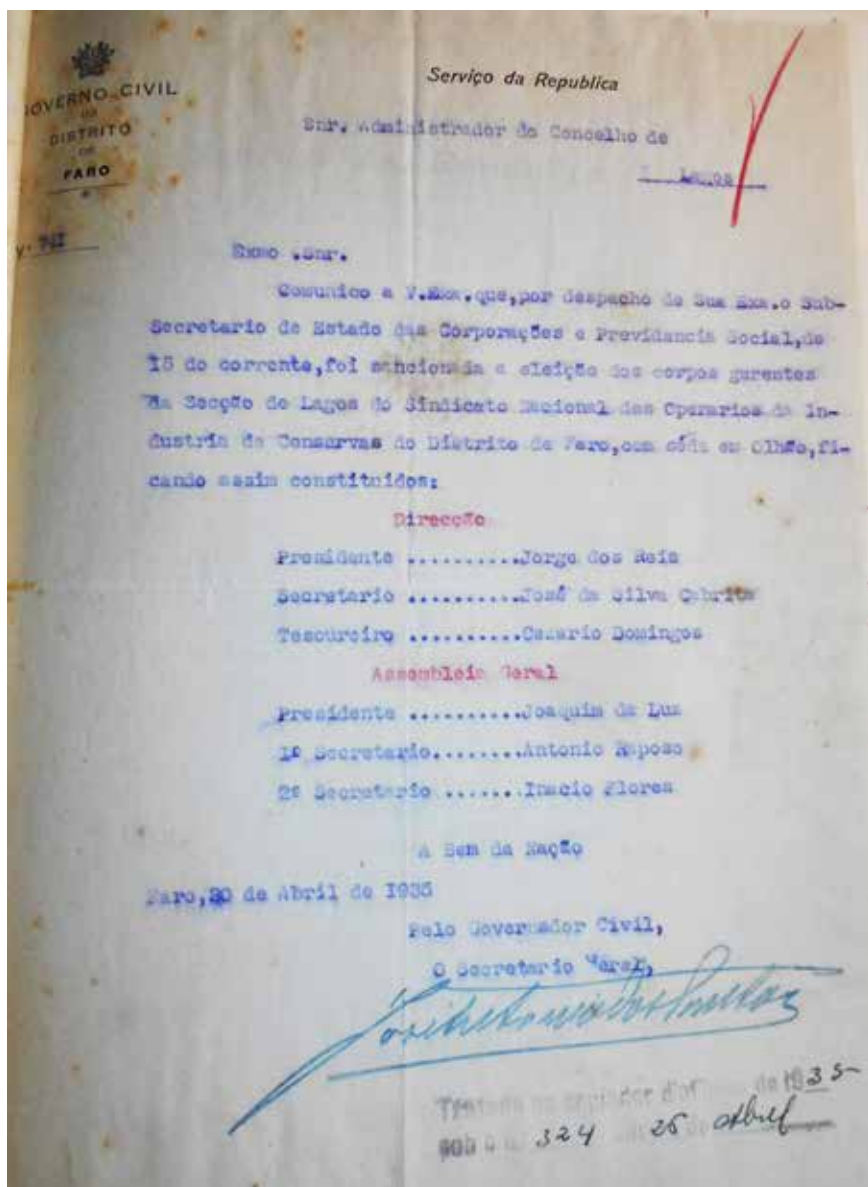
em obras de construção de bairros operários ou em outras obras públicas, como o aterro do pântano do Rossio de S. João, em Lagos, que ocupou, em 1933, muitos operários conserveiros².

Falar de sindicatos e associações patronais livres era impossível, assim como era inconcebível a existência de sindicatos diferentes para a mesma área profissional (organização corporativa) e, na prática, pouco recomendável que os trabalhadores por conta de

outrem³ não estivessem sindicalizados⁴. Esta situação encontra-se patente num ofício enviado pelo Delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP) em Faro, ao Administrador do Concelho de Lagos, datado de 10 de julho de 1935, transcrevendo o conteúdo de um ofício do Delegado do Governo junto do Consórcio Português de Conservas de Peixe, em que destacamos as instruções dadas pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações para

«que aos operarios da industria de conservas não fliados nos Sindicatos Nacionaes seja descontada, no acto de pagamento de ferias, uma importancia correspondente á cota que deixem de pagar para o Sindicato»⁵.

Os sindicatos, proibidos de terem um órgão coordenador central, estavam organizados tendo como base geográfica mínima o distrito, ainda que com as respetivas secções ou delegações locais, e muitas vezes confederados⁶.



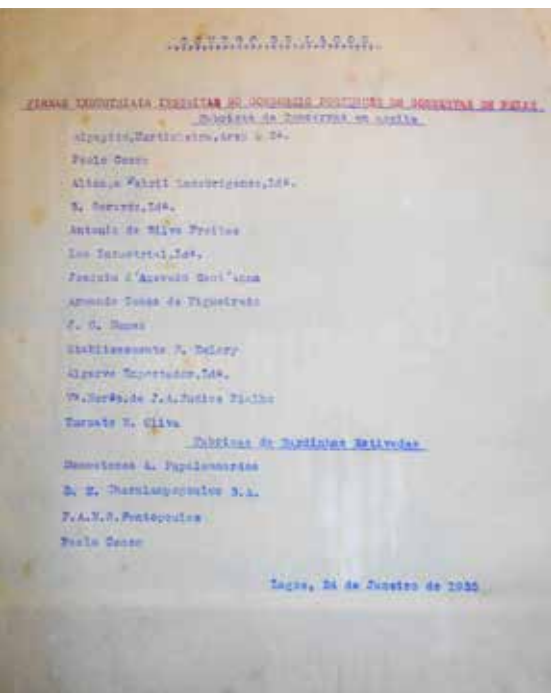
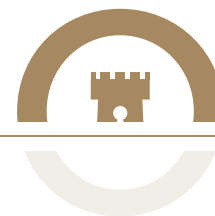
2) *Idem*, p. 253: Para os trabalhos de aterro do Rossio de S. João, em Lagos, inscreveram-se na delegação do Consórcio Português do Conservas de Sardinha 154 operários e 702 operárias.

3) Os funcionários públicos, professores, profissionais de saúde, entre outros, não podiam sindicalizar-se, bem como os pescadores e agricultores. Para estes foram criadas as casas de pescadores e do povo.

4) A sindicalização era socialmente recomendável para quem desempenhasse uma profissão por conta de outrem, e igualmente do ponto de vista do próprio contrato de trabalho, uma vez que, de acordo com o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 23050 de 23 de setembro de 1933 e o artigo 33.º do Decreto-Lei 23048 da mesma data [Estatuto do Trabalho Nacional], mesmo os trabalhadores não inscritos nos sindicatos ficavam obrigados aos contratos de trabalho e respetivos regulamentos.

5) Arquivo Municipal de Lagos: Ofício n.º 980 do INTP em Faro, de 10 de julho de 1935 para o Administrador do Concelho de Lagos.

6) Em 1933, das 791 associações de trabalhadores existentes, só 57 foram legalizadas pelo Estado Novo, por se terem atualizado à luz da nova Constituição e das novas regras laborais e sindicais. Cf. BARRETO, José Manuel Taborda Barreto, *A formação das centrais sindicais e do sindicalismo contemporâneo em Portugal (1968-1990)*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1991, pp. 24-30.



Documento 2

7) Cf. Decreto-lei n.º 23050 de 23 de setembro de 1933, in <https://dre.pt/application/conteudo/330457>

8) Ofício n.º 741 de 20 de abril de 1935, do Governador Civil de Faro ao Administrador do Concelho, informando que por despacho de 15 de abril do Sub-Secretário de Estrado das Corporações e Previdência Social, foi sancionada a eleição dos seguintes corpos gerentes da secção de Lagos do SNOIC: Direção (Presidente - Jorge dos Reis; Secretário - José da Silva Cabrita; Tesoureiro - Cesário Domingos); Assembleia Geral (Presidente - Joaquim da Luz; 1.º Secretário - António Raposo; 2.º Secretário - Inácio Flores) - (Arquivo Municipal de Lagos).

9) Cf. Decreto-lei n.º 23049 de 23 de setembro de 1933, in <https://dre.pt/application/conteudo/330456>.

10) *Idem*, p. 1659.

11) Cf. *Costa de Oiro*, Lagos, Fev.-Mar., 1938, n.º 38 e 39, p. 20.

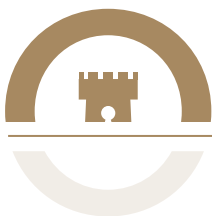
12) António do Carmo Leal, natural de Lagos, foi um industrial conserveiro, proprietário da comumente designada Fábrica do Corredor, localizada na Rua Vasco da Gama, anteriormente fábrica Delory, que posteriormente vendeu a Abel Figueiredo Luís. Cf. FERRO, Silvestre Marchão, *Vultos na Toponímia de Lagos* (2.ª Edição Revista e Atualizada), Câmara Municipal de Lagos, 2007, pp. 249 e 250.

O Decreto-lei regulador dos sindicatos nacionais foi publicado com o n.º 23050 no *Diário do Governo* n.º 217, I Série, de 23 de setembro de 1933⁷. Entre as suas atribuições, o «*estudo e defesa dos interesses profissionais nos seus aspectos moral, económico e social*» (art. 1.º), podendo para o efeito criar instituições de previdência, agências e escolas profissionais (art. 12.º). No sentido de melhor cumprirem a sua missão, ficavam obrigados a dar pareceres sobre «*a situação, condições e necessidades*» profissionais, tendo em vista o aperfeiçoamento e o suprimento de insuficiências, sobre as «*condições económicas e sociais dos seus associados*» e as condições de «*Higiene e segurança dos locais de trabalho*» (art. 11.º). Estas chamadas de atenção aos poderes instituídos eram sempre feitas na estreita observância de que os sindicatos constituíam um «*factor de cooperação activa com todos os outros factores da economia nacional*», pelo que deviam repudiar a luta de classes (art. 15.º, alínea c), ou seja, a greve. Em suma, em prol dos trabalhadores, mas sobretudo da unidade e segurança do Estado. O Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas (SNOIC) do distrito de Faro, com sede em Olhão e secções em Lagos, Portimão e Vila Real de Santo António, foi criado em 12 de abril de 1934. Os seus corpos gerentes careciam sempre da aprovação do Governo, conforme comprova o **documento 1**⁸.

Paralelamente aos Sindicatos Nacionais, foram instituídos os Grémios, associações de patrões da

Agricultura, Comércio e Indústria, com uma organização e obrigações corporativas em muito idênticas às dos primeiros, regulada pelo Decreto-lei n.º 23049 de 23 de setembro de 1933⁹. Entre as principais obrigações dos Grémios, destacamos a de «*cooperar com os Sindicatos Nacionais na fundação progressiva de instituições sindicais de previdência destinadas a proteger os trabalhadores na doença, na invalidez e no desemprego involuntário, e também a garantir-lhes pensões de reforma*» (art. 8.º, 4.º)¹⁰. Em 1935, a Secretaria de Estado das Corporações e Previdência Social aprovou um Regulamento que tornou obrigatória a inscrição dos operários nos grémios dos industriais de conservas de peixe dos respetivos centros conserveiros, sob pena de não poderem trabalhar, colocando-os ainda mais à mercê do paternalismo patronal.

Neste contexto, no verão de 1939, o Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe do Barlavento do Algarve abriu em Portimão e em Lagos duas cantinas destinadas ao operariado conserveiro, da responsabilidade dos dirigentes da delegação barlaventina: Caetano Feu, Presidente do Grémio, que visitou Lagos no primeiro trimestre de 1938 a fim de estudar a viabilidade do projeto¹¹, João Francisco Leote e António do Carmo Leal, todos industriais do ramo. Os dois primeiros conduziram o processo da cantina de Portimão, cabendo ao terceiro a iniciativa homóloga de Lagos¹². Num contexto eminentemente cor-



porativo, o objetivo para o empreendimento consistia em prover boas refeições para os operários e suas famílias, em função do seu sustento e do rendimento laboral.

Não sendo nossa intenção aferir a eficácia da medida ou a sua dimensão propagandística, podemos, contudo, compreender a sua implementação. Quaisquer medidas de assistência foram, nos anos de 1930 e, se quisermos, até finais do Regime, uma forma de minimizar, entre os operários, a crise que a indústria conserveira atravessou, motivada pela escassez da pesca e

pelas medidas protecionistas dos países importadores, a que se somava o defeso. Este contribuía para a constante insegurança e flutuação da mão-de-obra, a braços com o encerramento temporário das fábricas e conseqüente redução do número de trabalhadores, que se viam condicionados a viver de trabalho temporário em outros setores económicos, de magros subsídios e da caridade, providenciados por comissões de assistência patrocinadas, entre outros, pelo Consórcio Português de Conservas de Peixe¹³(**documento 2**¹⁴).

REFERÊNCIAS:

Decreto-lei n.º 23048 [Estatuto do Trabalho Nacional], in *Diário do Governo*, I Série, n.º 217, de 23 de setembro de 1933 pp. 1655-1658. <https://dre.pt/application/conteudo/330455>

Decreto-lei n.º 23049 [organização dos Grémios], in *Diário do Governo*, I Série, n.º 217, de 23 de setembro de 1933, pp. 1658 e 1659. <https://dre.pt/application/conteudo/330456>

Decreto-lei n.º 23050 [organização dos sindicatos nacionais], in *Diário do Governo*, I Série, n.º 217, 23 de setembro de 1933, pp. 1659-1662. <https://dre.pt/application/conteudo/330457>

Decreto-lei n.º 24947 [União dos Industriais e Exportadores de Conservas de Peixe], I Série, n.º 8, de 10 de janeiro de 1935, pp. <https://dre.pt/application/conteudo/467799>

BARRETO, José Manuel Taborda, *A formação das centrais sindicais e do sindicalismo contemporâneo em Portugal* (1968-1990), Dissertação apresentada à prova de acesso à categoria de investigador auxiliar, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa 1991.

Centro de Lagos - *Firmas industriais inscritas no Consórcio Português de Conservas de Peixe*, Lagos, 24 de janeiro de 1935 (Arquivo Municipal de Lagos).

FERRO, Silvestre Marchão, *Vultos na Toponímia de Lagos* (2.ª edição revista e atualizada), Câmara Municipal de Lagos, 2007.

Ofício n.º 741 do Governo Civil do Distrito de Faro enviado ao Administrador do Concelho de Lagos, em 20 de abril de 1935 (Arquivo Municipal de Lagos).

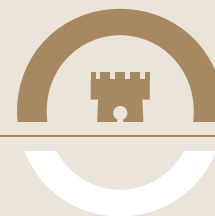
Ofício n.º 980 do INTP em Faro, de 10 de julho de 1935 para o Administrador do Concelho de Lagos (Arquivo Municipal de Lagos).

RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira, *A indústria de conservas de peixe no Algarve (1865-1945)*, Dissertação de Mestrado em História do Século XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Abril, 1997.

«Uma obra de valor do G.I.C.P.B.A.: As Cantinas Operárias», in *Costa de Oiro*, Setembro de 1939, pp. 6 e 7.

13) O Consórcio Português de Conservas de Sardinha foi criado pelo Decreto-lei n.º 21622 de 27 de agosto de 1932, tendo sido substituído pela União dos Industriais e Exportadores de Conservas de Peixe (também conhecido por Consórcio Português de Conservas de Peixe), criado pelo Decreto n.º 24947 de 10 de janeiro de 1935, por sua vez substituído pelo Instituto Português de Conservas de Peixe no ano seguinte (Decreto-lei n.º 26777 de 10 de julho de 1936). Entre as principais atribuições destas instituições orientar e fiscalizar a produção e comércio das conservas de peixe, fazendo a sua propaganda e aperfeiçoamento e promover, entre os Grémios e os Sindicatos Nacionais, a fundação de instituições de previdência que auxiliassem na doença, invalidez, desemprego e reforma.

14) Arquivo Municipal de Lagos: «Centro de Lagos - Firmas industriais inscritas no Consórcio Português de Conservas de Peixe», Lagos, 24 de janeiro de 1935. Entres as fábricas de conservas em azeite, encontravam-se inscritas as firmas Alpapito, Martineira, Arez & C.ª, Paolo Cocco, Aliança Fabril Lacobrigense Lda., S. Gerardo Lda., António da Silva Freitas, Luz Industrial Lda., Joaquim d'Azevedo Sant'Anna, Armando Gomes de Figueiredo, J. G. Nunes, Etablissement F. Delory, Algarve Exportador Lda., Viúva e Herdeiros de J. A. Júdice Fialho, Torcato N. Oliva. As fábricas de estiva da sardinha inscritas eram: Demostenes A. Papaleonardos, D. N. Charalampopoulos S.A., P.A.N.G. Fantopoulos, Paolo Cocco.



TEATRO GIL VICENTE

*Por Francisco Castelo**



Baile no Teatro Gil Vicente

*Técnico Superior -
Fototeca Municipal

*Nota: o autor segue o antigo
acordo ortográfico*

O Teatro Gil Vicente, construído por volta de 1862 e inaugurado em 1866, encerrou em 1938. Situava-se na antiga Rua da Amargura, actualmente Rua Gil Vicente, tendo sido implantado na área do claustro do Convento das Carmelitas, posteriormente recinto descoberto da Escola Gil Eanes (1952/3). Com uma estrutura in-

terior que reproduzia o aspecto do Teatro Ginásio de Lisboa (destruído por um incêndio em 1921), era composto pelo palco, uma plateia e duas ordens de camarotes. Ali também se realizavam grandes bailes de Carnaval como documenta a foto registada, provavelmente no ano em que fechou as portas.



CONTINUAMOS CÁ PARA O ATENDER

Saiba como contactar-nos

A situação crítica de saúde pública que se vive obrigou a alterações no modo de funcionamento dos serviços públicos. A Câmara de Lagos não é exceção, pelo que, em devido tempo, tomou decisões que determinaram, entre outras medidas, a redução e, depois, a suspensão do atendimento presencial, a implementação de escalas rotativas por serviço e a adoção do teletrabalho para todas as funções que assim o permitam.

A Câmara Municipal adaptou-se, mas não parou, continuando a trabalhar para garantir que os projetos e as ações planeadas seguem o seu rumo de concretização, assim como para dar resposta às situações emergentes suscitadas pela pandemia de COVID-19. Não é, por isso, demais referir que estamos disponíveis para responder às suas questões e solicitações através dos seguintes canais de atendimento à distância:



Central telefónica: 282 780 900;
282 771 700

Call Center (atendimento telefónico específico para assuntos de Urbanização, Edificação, Água e Saneamento): 282 771 706; 282 780 978; 282 771 702

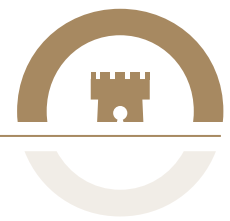
Correio Eletrónico: expediente.geral@cm-lagos.pt

Submissão de requerimentos online: em www.cm-lagos.pt, opção “Balcão Virtual”, opção “Pedidos Online”

O **Espaço Cidadão** disponibiliza, para qualquer esclarecimento, os seguintes contactos específicos: Tel: 282 771 707; Email: espaco.cidadao@cm-lagos.pt

Medidas de Apoio Social – várias medidas foram lançadas para ajudar a resolver as situações de emergência social agora agravadas. Para elucidar os utentes sobre como aceder a esses apoios, o Serviço de Ação Social do município assegura um atendimento à distância, através dos seguintes contactos telefónicos: 282 780 900; 282 771 700.

Medidas de Apoio Económico – também no plano económico várias são as medidas disponibilizadas com vista a minimizar o impacto causado pela pandemia de COVID-19. Poderá esclarecer as suas dúvidas através do seguinte e-mail: apoio.economico@cm-lagos.pt



Espaço de divulgação da responsabilidade das forças políticas com assento na Assembleia Municipal de Lagos, o órgão deliberativo do Município.

Vivemos tempos difíceis

Mais do que um momento de debate político e confronto de ideias e ideais, este momento tornou-se num período fundamental para nos unirmos em torno da necessidade de mantermos e lutarmos pelo mais básico que é a saúde individual de cada um de nós e colectiva. É fundamental sabermos superar as dificuldades inerentes ao isolamento social em que nos encontramos, e superar as dificuldades financeiras que esta situação nos coloca. O grupo municipal do PS Lagos apoia os esforços de toda a nossa comunidade lacobrigense que tão bem tem agido face à pandemia e ao estado de emergência em que nos encontramos. Por mais medidas que local, nacional ou mundialmente se tomem, temos mais do que nunca que agir como sociedade que se quer mais unida e mais solidária.

Aproveitamos o momento para valorizar e comemorar o 46.º aniversário da revolução de Abril e os seus ideais.

Não podemos, mais do que nunca, esquecer que temos um passado, que nos orgulhamos, um presente que temos que garantir e um futuro que temos que acreditar, construir e valorizar.



O DIA SEGUINTE

Economistas por todo o mundo alertam para o grande trambolhão que a economia terá a seguir à pandemia do COVID19, prevendo-se que a nível nacional a economia sofra uma queda de perto de 8% (a maior dos últimos 100 anos) e a subida da taxa de desemprego para 14%, segundo previsões do FMI. Muitas empresas irão encerrar o que provocará o desemprego de milhares de pessoas. Após este surto infeccioso, enfrentaremos também uma pandemia económica.

Impõem-se medidas adicionais do Governo, de apoio às empresas (verbas a fundo perdido e/ou crédito bonificado) e de apoio às famílias para reduzir o impacto da pandemia na economia nacional.

Em Lagos, grande parte das famílias e empresas estão em dificuldade devido à paragem das atividades económicas, em razão do surto infeccioso. O turismo que é a nossa principal fonte de rendimento, encontra-se “encerrado” e não se perspetiva a sua “abertura” num curto espaço de tempo. O Município deve apoiar criteriosamente a economia local, suspendendo taxas municipais, apoiando famílias e empresas. Apoiar é urgente!



COVID-19 - O Estado de Emergência e a Liberdade de Abril

Vivemos tempos difíceis, que testam a nossa capacidade de resiliência, unidade e solidariedade enquanto comunidade nacional e local.

O PSD – Lagos tem tentado contribuir de forma positiva junto do executivo, com propostas que visem minorar os impactos negativos que esta pandemia está a ter na nossa comunidade, seja na forma preventiva, como a limpeza diária e desinfeção de zonas públicas com mais afluência de pessoas, seja na forma paliativa como a criação de um Cartão de Compras Social para as famílias mais carenciadas ou a moratória de seis meses na cobrança de impostos municipais ou tarifas de água, entre outras. Nunca nestes 46 anos de história da nossa democracia, num momento em que muitos de nós temos os nossos movimentos limitados à nossa habitação por motivos de força maior e justificados pela nossa segurança sanitária, como agora, a palavra Liberdade deve ser interiorizada, refletida e acarinhada. Será decerto uma comemoração diferente do costume, mas decerto sentida como já há muito não o era. Viva o 25 de Abril. Viva a Liberdade!



PROJECTO DE LEI DO PCP, CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE BARÃO DE S. JOÃO

Por imposição do Governo PSD/CDS e contra a vontade expressa das populações e das autarquias locais, foi em 2012 feita a agregação das Freguesias de Bensafrim e de Barão de S. João numa única Freguesia.

O tempo e a experiência provaram que foi uma decisão errada, que só tem trazido problemas às populações e originado o afastamento dos eleitos em relação aos eleitores.

Por diversas vezes a CDU têm apresentado nas autarquias locais, propostas que foram sempre aprovadas, exigindo a reversão desta decisão e o regresso às duas Freguesias enquanto que na Assembleia da República, o PCP apresentou em 2015 Projectos de Lei nesse sentido.

No início desta nova legislatura, o PCP fez em Barão de S. João a apresentação pública do Projecto de Lei a apresentar na Assembleia da República para recuperar a Freguesia, cumprindo assim o compromisso assumido com a população.

VIVA O 25 DE ABRIL - 25 DE ABRIL SEMPRE

Centro Democrático e Social (CDS)

Até à data de fecho desta edição não foi recebido o conteúdo informativo deste Grupo Municipal.



A crise pandémica e a sua resposta

A epidemia da gripe de 2020 vem revelar várias debilidades do nosso Algarve, seja nos serviços de saúde pública (que felizmente não foram testados em esforço), seja na monoeconomia do turismo, ora ainda na dificuldade habitacional, na mobilidade ou na precariedade profissional. Em diferentes graus, estas debilidades afetam a qualidade de vida dos algarvios. O positivo da situação é apontar-nos caminhos para suprir o momento: a diversificação económica, uma política pública de habitação, uma aposta clara no SNS, a solidariedade social, a regulação do mundo do trabalho, a definitiva e real criação de uma rede de transportes coletivos, ferroviários e rodoviários. O Bloco de Esquerda tem apresentado inúmeras propostas em defesa dos trabalhadores e das populações mais carenciadas, para quem os direitos quase não existem. A reconstrução económica deve ser pensada como criadora de maior justiça social e potenciadora de maior igualdade. O Bloco está e estará ativo para cumprir esse desígnio.



VIVENDO UM TEMPO SEM TEMPO, COM MUITO TEMPO!

O PAN defende todas as pessoas, em especial quem é mais vulnerável e requer mais proteção. Face ao Estado de Emergência, o PAN agradece à Câmara Municipal de Lagos, na pessoa do Sr. Presidente, Hugo Pereira, as medidas implementadas para proteção das vidas dos lacobrigenses durante esta crise.

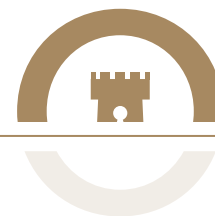
Estendemos os nossos agradecimentos a quem está diariamente a combater a doença e a quem garante que serviços e bens essenciais cheguem a todos.

O reforço da proteção dos mais vulneráveis deve estender-se ao ambiente. Preocupamo-nos que o modelo de recuperação económico e social vá continuar a passar pela exploração de pessoas e de recursos naturais.

O regresso à normalidade não pode voltar ao modelo económico que nos trouxe até aqui. O PAN lutará contra a postura política, onde a luta contra as alterações climáticas é uma opção e não uma prioridade. O caminho para ultrapassar a crise económica passa por políticas integradas de proteção ambiental.

Lembramos a importância dos animais que partilham o nosso espaço. Nesta crise aprendemos e aprofundamos a consciência do seu papel fundamental no nosso equilíbrio emocional.

NÃO OS ABANDONEM, NEM AGORA NEM NUNCA!



ATIVIDADE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Publicamos as últimas deliberações da Assembleia Municipal de Lagos para que fique a par da atividade deste órgão municipal deliberativo. Por opção editorial as deliberações são transcritas de forma resumida. Poderá aceder à versão integral das atas através da página da Assembleia Municipal na internet em www.am-lagos.pt ou presencialmente nos locais de atendimento do Município.

SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO/2020

DELIBERAÇÃO N.º 5/AM/2020: Aprovado, por unanimidade, o seguinte Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU: "(...) Em memória do cidadão António Mariano da Costa Duarte, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos (...) delibere: 1 - Cumprir um minuto de silêncio em memória de António Mariano da Costa Duarte «Fiscaliza»; 2 - Apresentar as sentidas condolências à sua companheira e mais família; 3 - Dar conhecimento desta deliberação à comunicação social."

DELIBERAÇÃO N.º 6/AM/2020: Aprovada, por unanimidade, a seguinte Moção, apresentada pela Comissão Permanente: "(...) O Hospital Central do Algarve é um legítimo anseio dos algarvios, absolutamente essencial para a melhoria significativa da prestação dos cuidados de saúde. Os Deputados Municipais reunidos em Assembleia apelam ao Governo para iniciar o mais rapidamente possível a revisão do projeto e início da sua construção. Da presente Moção deverá ser dado conhecimento ao Sr. Primeiro-ministro, ao Sr. Presidente da República, à Sra. Ministra da Saúde, à Sra. Secretária de Estado Adjunta da Saúde, à Comissão Parlamentar da Saúde e à AMAL."

DELIBERAÇÃO N.º 7/AM/2020: Aprovado, por unanimidade, o seguinte Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU: "(...) Não podendo a Assembleia alhear-se da passagem dos 75 anos da libertação de Auschwitz, assim como da mensagem e do compromisso expresso na Resolução da Assembleia da República, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos (...), delibere: 1 - Recordar e homenagear as vítimas do nazi-fascismo, assim como todos quantos resistiram, lutaram e derrotaram a barbárie nazi-fascista à custa de inenarráveis sacrifícios; 2 - Repudiar o branqueamento do fascismo, a banalização da sua ideologia e a promoção de forças de cariz fascizante. 3 - Publicar esta deliberação na página eletrónica da Assembleia Municipal e enviar aos órgãos de comunicação social."

DELIBERAÇÃO N.º 8/AM/2020: Aprovada, por unanimidade, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "(...) De acordo com o levantamento promovido pelo PCP, no mês de dezembro de 2019, em apenas 3 semanas foram suprimidos 31 comboios regionais entre Faro e Vila Real de Santo António e entre Faro e Lagos: (...). A ocorrência destas supressões de comboios não é alheia a um conjunto de problemas na Linha do Algarve para os quais temos vindo a chamar a atenção e que carecem de resolução urgente. (...) Pelo exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos (...) delibere: 1 - Manifestar o seu repúdio à Administração da CP por esta situação que tanto prejudica as populações que utilizam a Linha do Algarve e a economia da região; 2 - Expressar o seu protesto pelo atraso dos trabalhos de eletrificação da Linha do Algarve; 3 - Dar conhecimento desta deliberação à comunicação social."

DELIBERAÇÃO N.º 9/AM/2020: Aprovada, por unanimidade, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "(...) os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos (...) delibere: 1 - Manifestar o mais vivo repúdio pelo encerramento do balcão da Caixa de Crédito Agrícola em Bensafrim; 2 - Que a Câmara Municipal de Lagos e a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João desenvolvam todos os esforços junto da Caixa de Crédito Agrícola ou de outras entidades, no sentido de continuarem a ser prestados serviços bancários em Bensafrim; 3 - Dar conhecimento desta deliberação ao Governo, à Assembleia da República, à Câmara Municipal de Lagos, às outras Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Lagos, às restantes Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve, à AMAL, à ANAFRE e à comunicação social."

DELIBERAÇÃO N.º 10/AM/2020: Aprovada, por maioria, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "(...) no ano em que termina o contrato de concessão, mais uma vez o tema dos serviços postais e da empresa CTT regressa à Assembleia Municipal, porque se tornam evidentes as consequências gravosas da privatização deste serviço público, realizada pelo Governo PSD/CDS. (...) considerando que 2020 é o ano da decisão sobre o contrato, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos (...) delibere novamente: 1 - Recomendar ao Governo que avance para a recuperação do controle público e propriedade dos CTT; 2 - solidarizar-se com a luta dos trabalhadores e das populações que por todo o País têm protestado contra os despedimentos e a degradação do serviço postal; 3 - dar conhecimento desta deliberação à comunicação social."

DELIBERAÇÃO N.º 11/AM/2020: Aprovada, por unanimidade, a seguinte Proposta, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "(...) os eleitos da CDU propõem (...): 1 - Que a Assembleia Municipal de Lagos organize um Seminário aberto, a realizar aquando da abertura da discussão pública do projeto intitulado II FASE DA INTERVENÇÃO NA PONTA DA PIEDADE, solicitando a colaboração da Câmara Municipal. 2 - Que sejam convidados a participar neste Seminário os mesmos intervenientes do Seminário anterior. 3 - Que seja incumbida a Comissão Permanente ou a Comissão de Projeto da organização do Seminário. 4 - Que seja dado conhecimento desta deliberação aos órgãos de comunicação social."

DELIBERAÇÃO N.º 12/AM/2020: Aprovada, por maioria, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "A criação das Regiões Administrativas, constitucionalmente consagradas desde 1976 continua por concretizar. (...) Nesse sentido, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos (...) delibere recomendar à Assembleia da República: 1 - Submeter à consulta das Assembleias Municipais, até ao final do primeiro semestre de 2020 a proposta de dois mapas possíveis de criação em concreto das Regiões Administrativas. 2 - Estabelecer um prazo até ao final de 2020 para que as Assembleias Municipais enviem o resultado do debate, deliberações ou pareceres que entendam emitir em concreto. 3 - Aprovar no primeiro semestre de 2021 a Lei de Criação das Regiões Administrativas e a proposta de convocação de um referendo que possa vir a realizar-se no segundo trimestre de 2021. 4 - Proceder à eleição dos órgãos das Regiões Administrativas em data coincidente com as eleições para os órgãos das autarquias locais em 2021. E ainda delibera enviar esta moção para os Órgãos Autárquicos da Região, aos Grupos Parlamentares e ao Governo."

DELIBERAÇÃO N.º 13/AM/2020: Aprovada, por unanimidade, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: "O Cais da Solaria, infraestrutura portuária da nossa cidade é frequentado todos os anos por milhares de Lacobrigenses e turistas (...).

O estado de degradação em que se encontram os pavimentos do Cais da Solaria, como as imagens documentam, parece deixar adivinhar que o Homem não está muito interessado em manter para seu proveito, o que outros conseguiram com esforço. (...) Sabemos da certeza que este continua no seu processo inexorável de degradação e cada vez mais perigosa para os utentes deste espaço. O Grupo Municipal do PSD - Lagos vem propor à Assembleia Municipal de Lagos que inste a Doca Pesca a proceder à reparação dos pavimentos e equipamentos que se encontram danificados no Cais da Solaria."

DELIBERAÇÃO N.º 14/AM/2020: Aprovada, por unanimidade, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: "No percurso pedonal que corre entre a Praia do Porto de Mós e o Talefe da Luz existe um número de placas junto às arribas sinaleando para o perigo de queda e aconselhando os transeuntes a manterem uma distância de segurança das mesmas. A quase totalidade destas placas encontra-se partida e em elevado estado de degradação (...). O Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Lagos inste a Agência Portuguesa do Ambiente a mandar reparar ou substituir as referidas placas, devolvendo assim a estas a função de aviso para os perigos da aproximação às arribas, (...) e desenvolver uma rotina de controlo e manutenção das referidas placas, a fim de serem mantidas em boas condições."

DELIBERAÇÃO N.º 15/AM/2020: Aprovada, por unanimidade, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: "(...) o Grupo Municipal do PSD - Lagos vem requerer à Assembleia Municipal de Lagos que inste a Câmara Municipal a que: 1 - Promova a finalização do Programa Pólis no que respeita ao Jardim da Constituição. 2 - Proceda à reparação e mantenha ativo um plano de manutenção eficaz dos equipamentos públicos do referido jardim."

DELIBERAÇÃO N.º 16/AM/2020: Reprovada, por maioria, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: "(...) o Grupo Municipal do PSD - Lagos vem requerer à Assembleia Municipal que aconselhe a Câmara Municipal de Lagos a tomar medidas para desenvolver ou mandar desenvolver uma aplicação informática com as características atrás descritas com vista a divulgar junto da população e daqueles que nos visitam o vasto património histórico e cultural do Concelho."

DELIBERAÇÃO N.º 19/AM/2020: Apreciada a versão final do Plano de Pormenor para a UOPG3 do Plano de Urbanização da Meia Praia, foi deliberado, por maioria, (...) aprovar o Plano de Pormenor para a UOPG3 do Plano de Urbanização da Meia Praia, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 5 de fevereiro de 2020.

DELIBERAÇÃO N.º 20/AM/2020: Deliberado, por unanimidade, autorizar a repartição de encargos (...) resultantes da aquisição de serviços que dará lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, referente ao Concurso Público para a Aquisição de Serviços de Limpeza e Manutenção de Zonas Balneares na Área do Município de Lagos, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 22 de janeiro de 2020.

DELIBERAÇÃO N.º 21/AM/2020: Aprovado, por maioria, autorizar a concessão de uso privativo do domínio público no Município de Lagos para instalação de mobiliário urbano e sua exploração pública, (...) conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária, realizada no dia 5 de fevereiro de 2020.

Cuidados a ter com os resíduos em período de pandemia

- ▶ Reduza o desperdício que produz em casa;
- ▶ Evite depositar monos na via pública neste período.
- ▶ Se não existe registo de infeção ou suspeita de infeção em sua casa, continue a utilizar os meios de deposição dos resíduos e reciclagem ao seu dispor;
- ▶ Deposite os resíduos nos contentores mais próximo da hora de recolha;
- ▶ Não coloque lixo fora dos contentores;
- ▶ Sempre que possível, ao depositar os seus resíduos nos contentores e ecopontos, use os pedais dos contentores ou use luvas para abrir as tampas;
- ▶ As luvas, máscaras e lenços, mesmo sem estarem contaminados, devem ser colocados no lixo comum – nunca no ecoponto ou na sanita;
- ▶ Lave as mãos com água e sabão após tratar do lixo.



Feche o saco do lixo devidamente



Coloque o saco no contentor adequado




Feche sempre o contentor



Lave bem as mãos após a deposição

Em caso de infeção ou suspeita de infeção por COVID-19, impõem-se cuidados adicionais:

- ▶ Lixo contaminado não é reciclável! Coloque tudo no contentor de lixo comum;
- ▶ Não encha totalmente o lixo;
- ▶ Feche o saco num segundo saco com enchimento até 2/3 da sua capacidade;
- ▶ Não tire o ar ao saco. Basta fechá-lo bem;
- ▶ Nunca deixe o saco fora do contentor.



**Comunicados,
Medidas de apoio social e económico,
Serviços ao domicílio e take-away,
Conselhos de saúde,
Educação,
Cultura e Lazer.**

Toda a informação útil, de âmbito geral e local,
e sugestões várias, ao seu dispor, para o ajudar
a superar o impacto desta pandemia.

www.cm-lagos.pt/municipio/covid-19

Fique em casa.
LAGOS está consigo!